

### MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

**CORONEL CHAGAS**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**NALDO DA LOTERIA**  
1º SECRETÁRIO

**DHIEGO COELHO**  
3º SECRETÁRIO

**JÂNIO XINGÚ**  
2º VICE-PRESIDENTE

**MARCELO CABRAL**  
2º SECRETÁRIO

**IZAIAS MAIA**  
4º SECRETÁRIO

**FRANCISCO MOZART**  
3º VICE-PRESIDENTE

**MASAMY EDA**  
CORREGEDOR GERAL

**JORGE EVERTON**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente  
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Brito Bezerra (PP) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Oleno Matos (PDT) - Membro

#### Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente  
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Odilon Filho (PEN) - Membro

#### Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente  
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente  
George Melo (PSDC) - Membro  
Zé Galeto (PRP) - Membro  
Izaias Maia (PRB) - Membro  
*Suplentes:*  
1º - Chico Guerra (PROS)  
2º - Oleno Matos (PDT)

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Izaias Maia (PRB) - Membro  
Diego Coelho (PSL) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente  
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente  
Masamy Eda (PMDB) - Membro  
Chico Mozart (PRP) - Membro  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente  
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águida Portella (PSC) - Presidente  
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

#### Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro  
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro  
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente  
Izaias Maia (PRB) - Vice-Presidente  
Dhiego Coelho (PSL) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro  
Francisco Mozart (PRP) - Membro

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro  
Naldo da Loteria (PSB) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente  
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Zé Galeto (PRP) - Membro  
Izaias Maia (PRB) - Membro

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente  
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente  
Oleno Matos (PDT) - Membro  
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro  
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente  
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente  
George Melo (PSDC) - Membro  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente  
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente  
Jorge Everton (PMDB) - Membro  
Odilon Filho (PEN) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

### GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS  
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA  
Diagramação

### Atos Administrativos

- Resoluções de Afastamento nº 216 a 220/2015 02

### Atas Plenárias

- Ata da 2399ª Sessão Ordinária - Íntegra 02  
- Ata da 2402ª Sessão Ordinária - Íntegra 12

**ATOS ADMINISTRATIVOS**
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS**
**RESOLUÇÃO Nº 216/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Presidente **JALSER RENIER PADILHA** para viajar com destino a cidade de Brasília-DF, no período de 22.06 a 24.06.2015, saindo às 13h30min do dia 22.06.2015 e retornando às 13h30min do dia 24.06.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades parlamentares, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de Junho de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**Presidente**

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

**1º Secretário**

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

**2º Secretário**

**RESOLUÇÃO Nº 217/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JANE JOSE DA SILVA** para viajar com destino a cidade de Brasília-DF, no período de 22.06 a 24.06.2015, saindo às 13h30min do dia 22.06.2015 e retornando às 13h30min do dia 24.06.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades parlamentares, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de Junho de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**Presidente**

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

**1º Secretário**

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

**2º Secretário**

**RESOLUÇÃO Nº 218/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **FRANCISCO ADJAFRE DE SOUSA NETO** para viajar com destino a cidade de Brasília-DF, no período de 22.06 a 24.06.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades parlamentares, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de Junho de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**Presidente**

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

**1º Secretário**

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

**2º Secretário**

**RESOLUÇÃO Nº 219/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **WESLEY PEREIRA DA SILVA Matrícula 17283, JOSE NILTON MATIAS LIMA Matrícula 7707 e RYCHAEL VASCONCELOS DO NASCIMENTO Matrícula 13738**, para viajarem com destino ao Município de Normandia, no período de 01.07 a 08.07.2015, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de Junho de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**Presidente**

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

**1º Secretário**

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

**2º Secretário**

**RESOLUÇÃO Nº 220/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **ERICK ANDERSON CLAUDIO AMARAL Matrícula 13740, ANDRE LUIS DA SILVA FERREIRA Matrícula 16300, ELISON ROBERTO DE OLIVEIRA SOUZA Matrícula 17282 e EMANUEL DE KASSIO LIMA MARTINS Matrícula 15190**, para viajarem com destino ao Município de Bonfim, no período de 01.07 a 08.07.2015, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de Junho de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**Presidente**

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

**1º Secretário**

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

**2º Secretário**

**ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA**
**ATA DA 2399ª SESSÃO, EM 19 DE MAIO DE 2015.**
**49º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER**

Às nove horas do dia dezanove de maio de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima nonagésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo nono período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Marcelo Cabral** – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** - O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

**RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:**

Mensagem Governamental nº 023, de 15/05/15, encaminhando, para apreciação, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016.

**RECEBIDO DOS DEPUTADOS:**

- Indicação s/nº, de 14/05/15, da Deputada Aurelina Medeiros, solicitando ao Governo do Estado a reformulação da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Roraima - SEAPA, inclusive com readequação e criação de novos cargos, funções e nova denominação;

- Indicação s/nº, de 18/05/15, da Deputada Aurelina Medeiros, solicitando ao Governo do Estado a construção da quadra de esporte na Escola Nova Esperança, situada na Vila Samaúma – Município de Mucajaí;

- Indicação s/nº, de 18/05/15, da Deputada Aurelina Medeiros, solicitando ao Governo do Estado a reforma e ampliação da Escola Nova Esperança, situada na Vila Samaúma – Município de Mucajaí;

- Memorandum nº 015, de 11/03/15, do Deputado Brito Bezerra, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 020/11;

- Memorandum nº 026, de 16/04/15, do Deputado Brito Bezerra, solicitando que seja acrescido ao nome da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, o termo “SERVIÇOS”;

- Memorandum nº 027, de 13/05/15, da Deputada Angela Á. Portella, comunicando que estará ausente à Sessão Plenária do dia 13/05/2015;

- Requerimento s/nº, de 15/04/15, da Deputada Angela Á. Portella, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social, requerendo a

disponibilidade do Plenário, Deputada Noêmia Bastos Amazonas, no dia 18/05/15, para realização de Audiência Pública;

- Requerimento s/nº, de 22/04/15, do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que o Projeto de Resolução Legislativa nº 004/15, seja apenso ao Projeto de Decreto Legislativo nº 012/15;

- Requerimento s/nº, de 19.05.15, da Deputada Lenir Rodrigues, solicitando que a Sessão Ordinária do dia 20.05.15 seja transformada em Comissão Geral, ocasião em que esta Casa homenageará os Defensores Públicos do Estado.

#### DIVERSOS:

- Ofício Circular nº 05/15, de 11/05/15, do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Roraima – COGEMAS, convidando o Presidente desta Augusta Casa para participar do ato político em defesa do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, no sentido de agendar com a Governadora do Estado para que cada ente federado cumpra seu papel, tendo em vista a seguridade do Pacto Federativo;

- Ofício nº 921, de 16/04/15, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando ao Presidente desta Augusta Casa os exemplares do Relatório Final e do Relatório Parcial da Comissão Parlamentar de Inquérito;

- Ofício Circular nº 036, de 28/04/15, da Câmara dos Deputados – Brasília/DF, comunicando que o Deputado Átila Lins assumiu a Pasta da Secretaria de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados;

- Ofício nº 043, de 03/03/15, da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social – Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, encaminhando o Manifesto nº 001/15;

- Ofício nº 005, de 11/05/15, do Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAIMA, apresentando como Presidente Interino do Instituto o Senhor Alysso Rogers Soares Macedo;

- Ofício nº 301, de 12/05/15, da Companhia de Desenvolvimento de Roraima – CODESAIMA, solicitando um representante desta Augusta Casa para participar do segundo sorteio de seleção e hierarquização do restante do cadastro atualizado do Programa “Minha Casa Minha Vida”, Empreendimento Vila Jardim;

- Ofício nº 010, de 14/05/15, da Escola Estadual Ana Libória, solicitando exemplares da Constituição Federal, Código de Defesa do Consumidor e Sistema Tributário Nacional;

- Ofício Circular nº 08, de 15/05/15, do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima, comunicando a oficialização de greve daquela categoria;

- Ofício nº 811, de 28/04/15, do Conselho Federal de Administração, comunicando que, entre os cargos a serem criados no PCCS do Ministério Público do Estado, não consta o de Administrador, motivo pelo qual vem pleitear que seja considerado o presente pedido.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Conforme acordo firmado com os Senhores Deputados, não haverá Grande Expediente e nem Ordem do Dia, momento que atenderemos o Requerimento nº 025/15, de autoria dos Deputados Soldado Sampaio e Angela Á. Portella, aprovado anteriormente.

Neste momento, transformo a Sessão em Audiência Pública, oportunidade em que esta Casa tratará sobre o Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e Tráfico de Crianças e Adolescentes no Estado de Roraima.

Convido a Senhora Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, do Adolescente, do Idoso e da Ação Social; Presidente da ESCOLEGIS, Deputada Angela Á. Portella, para assumir a presidência dos trabalhos nesta Audiência Pública.

A Senhora Presidente **Angela Á. Portella** – Bom dia a todos. Agradecemos a presença de todos que atenderam ao convite para participar desta Audiência Pública, solicitada pelo Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência e Tráfico para Fins de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, da qual é presidente e coordenador, o Professor Doutor Flávio Corsine.

Convido para compor a Mesa dos Trabalhos o Coordenador do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência e Tráfico para Fins de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Professor Doutor Flávio Corsine; convido o Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Almiro Padilha; Doutor Délcio Dias, Juiz Titular da Coordenadoria da Infância e Juventude; Representando a Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público Estadual, Doutora Elba Cristine de Moraes, o Promotor de Justiça, Especializado em Crimes contra a Dignidade Sexual Praticados contra Crianças e Adolescentes, Doutor André Paulo dos Santos Pereira; Presidente da Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado de Roraima, Senhor Adiuilson Ribeiro do Carmo; Senhora Verônica Oliveira, representando a Secretária de Bem-Estar Social Emília Campos

dos Santos; Delegada Doutora Maria Aparecida Fernandes Tavares, representando a Senhora Delegada-Geral do Estado, Doutora Haydé Nazaré Magalhães; Secretário Municipal de Gestão Social, Senhor Moacir Carlos Collini; Inspetora da Polícia Rodoviária Federal em Roraima, Senhora Verônica Santos Cisz; Coronel PM Magalhães José Damasceno, Subcomandante da Polícia Militar do Estado de Roraima, representando o Comandante da Polícia Militar de Roraima, Coronel PM João Lins dos Santos Filho.

Quero agradecer a presença de todos e dizer o quanto é importante para a nossa sociedade proteger as nossas crianças e adolescentes.

Quero iniciar a minha fala não somente como Deputada e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Família, não só como mulher, mas, sobretudo, como cidadã, como mãe. Peço que cada um venha e se coloque no papel de pai, de marido, de filho, mãe, esposa, professora, cidadã e se sensibilize com a problemática da violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes.

É inadmissível e triste a realidade. Muitas das nossas crianças não estão seguras nem dentro e casa. O abusador ou explorador pode ser o próprio pai ou alguém da família. Quem deveria proteger e amar está explorando, abusando, violando os direitos da vida. É inaceitável que o direito de ser criança, de brincar, estudar, sorrir, ser feliz, seja tirado de uma forma tão implacável.

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente foi um marco legal para consolidação dos direitos da criança e do adolescente, pois só desde então as crianças passaram a ser vistas como pessoas, em condições peculiares de desenvolvimento e sujeito de direito.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público garantir, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais da criança e do adolescente. Isso está no ECA, é o artigo 4º.

Então, existe uma garantia, uma rede de apoio que trabalha muito, mas precisamos apoiar e fortalecer essa rede. É dever de toda sociedade. É causa que tem que ser abraçada todos os dias, pois os dados apresentados são assustadores. Só em 2015 foram registrados, em média, 28 atos de violação por mês.

Sabemos que a violação e abuso sexual infanto-juvenil, infelizmente, acontece em todo Brasil, mas a região norte aparece como campeã em rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual. Nós temos uma realidade atípica: fazemos a tríplice fronteira e há casos de nossas crianças em cárcere privado na Venezuela, Guiana, Suriname e porque não dizer no Amazonas.

Faz parte destes contextos as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. Precisamos diminuir as desigualdades sociais, lutar por justiça.

São muitos os fatores que determinam o abuso e a exploração, mas eu creio que o problema é para ser encarado de frente. Povo unido é povo vitorioso.

A rede de proteção está lutando. O poder público tem agido, a sociedade civil, também. Vamos hoje analisar o que precisa ser reforçado e que precisa ser criado. Vamos arregaçar as mangas e irmos à luta. Há muito chão a percorrer. Esta é uma causa que eu abracei e vou continuar engajada, ver nossas crianças sendo crianças. Muito obrigada!

Quero informar que os senhores poderão encaminhar perguntas ou sugestões no formulário que receberão e deverá ser entregue à nossa assessoria que se encontra bem na entrada do plenário.

Convido para fazer o uso da palavra o Coordenador do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência e Tráfico para Fins de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o Professor Doutor Flávio Corsine.

O Senhor Coordenador do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência e Tráfico para Fins de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o Professor Doutor **Flávio Corsine** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar todas as autoridades presentes à Mesa, em nome da Deputada Angela Á. Portella.

Em nome das Senhoras Ivone Sallucci e Socorro Santos, nossas mulheres fortes do Enfrentamento à Violência Sexual contra a Crianças e Adolescentes no Estado de Roraima, cumprimento todos os presentes aqui hoje nesta Audiência Pública.

Um grito pela vida, contra o abuso à exploração e tráfico sexual de crianças e adolescentes no Estado de Roraima.

O Comitê Estadual de Enfrentamento ao Abuso, à Exploração Sexual e Tráfico de Crianças e Adolescentes do Estado de Roraima solicitou à Comissão esta Audiência Pública nesta semana em que o dia 18 de maio é o dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente. O Brasil todo se mobiliza contra essa chaga que tem atingido a nossa infância e a nossa adolescência.

Em 1973, na cidade de Vitória, Espírito Santo, a menina Aracélis, de apenas

08 anos de idade, foi vítima de um crime. Ao sair da escola e ir entregar uma encomenda, a pedido da mãe, foi sequestrada por um grupo de jovens de classe média alta, onde espancaram, abusaram, drogaram e assassinaram Aracélis. O corpo foi encontrado, seis dias depois, totalmente desfigurado, em um terreno baldio.

Os sujeitos que praticaram esse crime nunca chegaram a ser punidos. Eram pessoas de classe média alta da sociedade capixaba. Eles se esconderam por trás dessa influência na época e nunca foram punidos, assim como tantos outros. De lá para cá, ainda hoje, muitos continuam sem a punição devida por crimes dessa natureza.

O movimento em defesa de crianças e adolescentes, por meio de uma forte mobilização social, conquistou a aprovação da Lei 9.970, de 2000, que instituiu o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, com a finalidade de dar visibilidade a essa problemática e envolver a sociedade brasileira em seu enfrentamento. Roraima, inserido no calendário nacional de mobilização ao enfrentamento ao abuso, à exploração e ao tráfico para fins sexuais praticados contra a criança e ao adolescente, desde de 2006, tem a instituição do Comitê que vem realizando atividades dessa natureza. A finalidade é mobilizar a sociedade roraimense, o poder público, a sociedade civil, iniciativa pública e privada e movimentos sociais contra o abuso, a exploração e o tráfico para fins sexuais de crianças e adolescentes.

A Violência sexual é considerada uma questão de saúde pública e requer do Estado a implementação de políticas públicas eficazes voltadas à prevenção, ao atendimento e à responsabilização. A análise do problema, em nível estadual, ainda são deficientes, pelo número de estudos, e incipientes pela dificuldade de acesso às informações e pela maneira como são armazenados os dados.

Recentemente, faço um parêntese aqui, estive na delegacia, dando um exemplo da situação do armazenamento dos dados, e não consegui fazer uma denúncia que eu tinha no meu celular. Agora, com o whatsapp, eu recebi um vídeo de um ato de violência sexual, de uma aluna de uma escola. E eu fui entregar na delegacia, e não consegui entregar o vídeo porque o computador na época não tinha esses meios mais modernos. Inclusive a Doutora Aparecida me informou, há pouco, que agora já foram instalados novos computadores, e isso é muito bom. Simplesmente não conseguiram gravar do celular para o computador da delegacia a denúncia que eu tinha no celular.

E mais, chegando à delegacia, lá estava a Doutora Aparecida, sozinha. Não havia um escrivão para colher a denúncia que eu estava lá para fazer naquele momento. Eu tive que voltar em casa, copiar num CD e retornar à delegacia. E a pessoa vitimizada, a população carente que não tem condições, que tem apenas aquela passagem de ida, será que ela vai retornar à delegacia para fazer essa denúncia? Então, temos que dar as condições para que a população tenha condições de fazer a denúncia no tempo e na hora em que ela chegar ao órgão público para fazê-la.

Os equipamentos de registro são obsoletos. Há que se modernizar e dar condições às instituições, ao Conselho Tutelar, ao Hospital e ao IML, com equipamentos de ponta que sirvam para contribuir na qualidade do material coletado com a finalidade de instrumentar o processo de responsabilização.

Outro fator que dificulta a identificação de casos e registro de ocorrência é devido à natureza privada da ação e a proximidade da vítima e o sujeito que pratica a violência. O Hospital da Criança atendeu, no ano passado, cerca de 101 casos de vítimas de violência sexual contra crianças e adolescentes. Desses 101 casos, quase metade deles foram de crianças na primeira infância, de zero a cinco anos de idade, que sofreram violência sexual e que chegaram ao hospital. Esses são os que conseguem chegar, e quando chegam, geralmente, é quando a situação já está complicada, e o pai ou responsável tem que levar ao hospital, tem algo que está incomodando, e a criança não aguenta mais guardar o choro e precisa de ser levada ao hospital.

Então, há essa questão da proximidade, visto que a maioria dos que cometem abuso, infelizmente, são pessoas da família ou próximas.

O hospital Santo Antônio, que atende nossas crianças, como já disse, registrou 101 casos de atendimento: 40% de zero a cinco anos; outros 42% de seis a onze anos e 08% de doze a quatorze anos.

Então, a vulnerabilidade é marcada por essa condição de falta de proteção e da própria idade da criança e do adolescente, que não tem condições de se proteger. O ECA determina que eles devem ser protegidos pelos responsáveis e pela sociedade como um todo.

A maioria dos casos da maternidade está concentrada na zona oeste da cidade de Boa Vista, a mais populosa e mais carente. Isso não significa uma relação direta entre a questão da violência sexual contra a criança e o adolescente e a condição econômica de baixa renda. Nós sabemos que há casos de abusos, de violência sexual também nas famílias mais

abastardadas, mas o pacto de silêncio entre essas famílias impera porque há o medo da exposição, há um medo da denúncia e de que a família fique exposta socialmente e, infelizmente, quem sofre com isso é a criança.

Quanto à Assistência Social, nós queremos a ampliação dos CREAS, queremos um IML com atendimento adequado, como já foi dito pelo próprio Ministério Público, visto que não há um espaço adequado e até hoje não foi resolvido.

Queremos uma delegacia especializada. Hoje o núcleo não tem escrivão. Nós precisamos mais do que escrivão, precisamos de condições para que a Delegada Aparecida e os seus agentes tenham condições de trabalhar, de investigar e fazer com que o processo chegue num tempo mais adequado para a Justiça.

Precisamos não só da criação da Vara de Execução da Criança e do Adolescente, aqui está o Tribunal, mas nós precisamos da efetivação do funcionamento dessa Vara da Infância para que os processos possam correr de maneira mais célere para que a criança não seja ouvida cinco anos depois que foi cometido o crime.

É preciso, portanto, de uma política de garantia de direito, de formação permanente para os nossos professores, para o Conselho Tutelar, para o serviço de Assistência Social, para que eles possam ter um olhar de águia, um olhar especializado que possa atender à criança e ao adolescente e que possam identificar, no caso da escola, que é a segunda família da criança, esses casos de violação ainda na escola e fazer com que o pacto de silêncio seja derrubado. Portanto, nós queremos nesse dia deixar essas reivindicações. Nós não queremos que a criança saia do hospital acompanhada por agentes policiais caracterizados no carro de polícia, como acontece hoje em dia. Nós queremos que o atendimento seja feito ainda lá no hospital, como vinha sendo feito em 2014, para que essa criança não seja revitimizada, parecendo até que quem é o abusador é a criança, que tem que sair naquele carro caracterizado. Isso tudo são deficiências da política pública de enfrentamento à violência sexual contra a criança e o adolescente. E, como o sino está tocando aqui, vou encerrar, até para que nós possamos ouvir os demais colegas. Então, a Comissão Estadual de Enfrentamento e o Foro dos Direitos da Criança e do Adolescente vem solicitar providências aos órgãos públicos presentes com vistas ao fortalecimento da rede de enfrentamento de violência contra a criança e o adolescente, a integralização das ações e o estabelecimento de um protocolo de atendimento integrado entre as áreas afins: área da saúde, da segurança, da assistência social e da educação, a fim de cumprir os princípios legais estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como o da doutrina da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, o que garante a estes a condição de sujeitos de direitos e de uma vida digna. Obrigada.

A Senhora Presidente Angela **Portella** – Obrigada, professor. Realmente é muito importante a sua fala e me desculpe pelo pouco tempo, diante da dimensão desse problema.

Agora chamamos para fazer uso da palavra o Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, Desembargador Almiro José de Melo Padilha.

O Senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, Desembargador **Almiro José de Melo Padilha** – Bom dia a todos. Gostaria de saudar a todos os integrantes da Mesa, na pessoa da Deputada Angela Portella. Gostaria de parabenizar o Professor Dr. Flávio Corsine, pela iniciativa, e gostaria de fazer uma saudação muito especial à professora, salvo engano é professora, não é minha amiga pessoal, pouco a conheço, a professora Ivone. Sempre digo que é muito fácil fazermos as coisas quando se está sendo pago para isso, remunerado. Salvo engano, volto a dizer, a professora sabe que não a conheço, nos vimos umas poucas vezes, poucas vezes conversamos, mas sei da sua história na luta desta causa sem ganhar absolutamente nada, de graça. Isso é o mais importante de destacar. Eu estou no Tribunal ganhando muito bem para isso, mas a senhora, juntamente com a Dona Socorro, vem fazendo isso gratuitamente e não é de agora. Agora é fácil, o assunto está em moda, todos querem defender. Mas, havia época em que a senhora lutava praticamente sozinha. Então, quero registrar isso aqui, mesmo não sendo seu amigo pessoal. Pouco lhe conheço, mas não poderia deixar de fazer esse registro nesse momento. Quero dizer aqui também o seguinte: Estou aqui mais como Presidente do Tribunal, apenas por uma questão simbólica, não sou um estudioso do assunto. Quando fui convidado, perguntei ao Desembargador Mauro Campelo se ele poderia vir, por que ele é realmente um estudioso do assunto, ao contrário de mim. Mas, chegamos à conclusão que era necessário eu vir por uma questão simbólica, por estar na condição de Presidente do Tribunal de Justiça. Portanto, não poderia me omitir de me fazer presente. Gostaria que meu pessoal colocasse o slide para minha explanação. Temos um quadro que demonstra a realidade de Roraima, dos processos ativos, com 682 casos em Boa Vista, 21 em Alto Alegre, 34 em Bonfim, 86 em Caracarái, 61 em Mucajaí, 37 em Pacaraima,

22 em São Luís e 62 em Rorainópolis. Esses são processos ativos, muitos deles de longas datas. No momento, esta clientela infanto-juvenil está sendo atendida em uma vara, digamos assim, não especializada e estamos trabalhando para que possamos ter, em um prazo médio, uma vara especializada. Isso, logicamente, depende do orçamento. Neste contexto, em observância a uma recomendação do CNJ, o Tribunal vem trabalhando para implantar o depoimento especial. E aqui, quero abrir um parêntese e fazer um contraponto ao professor Corsine, quando ele diz que o ideal seria ouvir as vítimas no hospital. Tecnicamente, professor, o hospital não é o ambiente adequado; o ambiente adequado é uma sala especial onde essa criança será entrevistada por um profissional habilitado que usará um ponto eletrônico para que o advogado, o acusador, o juiz, enfim, todos os atores do momento processual possam, se quiserem, fazer alguma pergunta através do entrevistador. Com o ponto eletrônico, a criança nem vai perceber que alguém está fazendo uma pergunta. O slide é um pouco longo e eu vou resumir. Em um depoimento normal, uma criança vai prestar em torno de oito vezes o mesmo depoimento. Num depoimento, às vezes, ela responderá a mesma pergunta pelo menos quatro ou cinco vezes. O advogado de defesa dará um tom agressivo à pergunta, e isso não é uma crítica ao advogado. Ele é o defensor, mas isso pode inibir essa criança. Neste ambiente, essa criança vai ficar com um entrevistador capacitado para isso. Nós já temos essa pessoa para isso no Tribunal de Justiça. Vai ficar em um ambiente, em uma sala preparada para isso, uma sala diferente, não vai ser um ambiente do Judiciário. Atrás de um vidro, ficarão o juiz, o promotor, o advogado, psicólogos e todos que quiserem participar. Essa criança não perceberá que lá estarão essas pessoas, ela terá um ambiente natural. Esta audiência será gravada e disponibilizada no processo. Então, qualquer pessoa ou o defensor poderá ter acesso ao processo sem problema. Pois bem, esse depoimento será feito em um ambiente natural, uma entrevista feita por uma pessoa capacitada para isso. O juiz não é capacitado. Nós juízes não somos capacitados para fazer esse trabalho. O advogado muito menos. O promotor também não é capacitado, ou seja, o Sistema Judiciário, não só o brasileiro, mas também o mundial, não é capacitado para fazer essa entrevista e nem para colher essa prova. O que é mais importante dizer a todos vocês é que em Roraima e no Brasil não há salas para esse fim. Continuamos a colher essas provas daquela forma mais primitiva e mais agressiva que se pode imaginar. Os dados estatísticos demonstram que naqueles processos que é usado a sala especial, 65% dos agressores são condenados; naqueles ambientes em que não há o ambiente especial a média de condenação é de 5%. Vejam a diferença: 65% quando tem o depoimento especial e apenas 5% quando não tem. Alguém pode dizer que esse depoimento em sala especial é feito para condenar. Não, muito pelo contrário, o único objetivo é obter a verdadeira história do processo, porque ele ajuda muito também a inocentar. Quando o acusado é inocente, a criança vai dizer que ele é inocente. Nós temos que lembrar que a tendência da criança é sempre proteger o adulto, isso é natural. Não sou especialista, mas confesso que li alguma coisa antes de vir para cá, e é exatamente isso o que dizem os especialistas e cientistas dessa causa, ou seja, quando o agressor é o padrasto, o próprio pai, todos sabem que isso é muito comum, a tendência da criança, principalmente quando passa um ano ou dois anos, é proteger aquela pessoa. Está protegendo porque a mãe pede ou porque aquela reação criou uma relação de carinho, que muitas vezes acontece. Temos que lembrar que muitas vezes essa agressão vem do poder de sedução do pai, do padrasto ou de quem quer que seja o agressor que vive naquele ambiente. Uma menina com doze anos, não há que se dizer que ela quis. Isso é uma ignorância. Para quem diz isto, eu convidaria para um breve momento fechar os olhos diante de um fato desses e imaginar sua filha. Será que se fechássemos os olhos por um breve segundo e imaginássemos nossa filha naquele ambiente nós teríamos esse pensamento? Essa é a reflexão que deixo para os senhores. Querida que os senhores acreditassem que a maior contribuição que o Poder Judiciário poderá dar a esta causa é instalar, o mais rápido possível, essa sala de depoimento especial, que nós já estamos trabalhando para isso. O Dr. Délcio está aqui, a Jane, nossa servidora também está aqui e é uma entusiasta desse assunto. O Dr. Délcio vem cada dia mais trabalhando, chegando a ser chato comigo, pois vai várias vezes à Presidência insistir, e às vezes a gente ter que ser chato mesmo. Dr. Délcio, me perdoe a forma como estou falando desse assunto, mas tem que insistir mesmo. Nós estamos trabalhando para inaugurar esta sala junto com a inauguração do nosso Fórum Criminal. Para quem não conhece, nosso Fórum Criminal fica no bairro Jardim Floresta. Eu idealizei o Fórum Criminal na gestão anterior, quando fui Presidente do Tribunal de Justiça, de 2009 a 2010, e todos diziam que eu era doido por idealizar um Fórum Criminal em um bairro distante. E hoje chegamos à conclusão que urbanizamos melhor o bairro, valorizamos o bairro e vou fazer uma propaganda do Judiciário, temos lá um belo prédio, onde faremos, em um ambiente muito próprio, a sala especial de depoimento que

irão surpreender os senhores. Depois iremos trabalhar para implantar uma Vara Especializada. Se nós formos olhar apenas os números, veremos que não há necessidade de uma Vara Especializada. Quando fui Presidente da outra vez, instalamos a Vara de Violência Contra a Mulher, popularmente chamada Maria da Penha. Uma Deputada daqui se esforçou muito também, ela não está mais aqui, mas, é bom lembrar isso, a Deputada Marília Pinto. Acreditei que deveríamos instalar a Vara, mesmo com os números pequenos de processos, mas, instalamos a Maria da Penha improvisadamente na Faculdade Cathedral, aliás, continua improvisada até agora. O Professor Haroldo até me pediu o espaço, mas estamos esperando a inauguração do Fórum Criminal, pois a levaremos para lá. Era um número muito pequeno, e hoje, com a instalação da Maria da Penha, temos mais de sete mil processos. Significa dizer o seguinte: que quando criamos condições ideais, as pessoas criam coragem e denunciam. Então, temos em Boa Vista apenas 600 e poucos processos, e se nós instalarmos essa Vara, vamos nos surpreender com os números porque a violência é muito maior. Acredito que o número que chega às autoridades não chega a dez por cento da violência existente. Então, se nós criarmos condições, vamos ver isso e para isso vou contar logicamente com o apoio do Executivo, do Legislativo, com o apoio de todos. Não quero me alongar, pois o tempo é curto, mas, quero me colocar à disposição e aproveitar para parabenizar essas pessoas que estão há muito tempo nessa batalha. Sou apenas um curioso no assunto, mas sou um entusiasta para ajudar e colaborar no que for possível. Para finalizar, gostaria de dizer que temos em moda, atualmente, as chamadas audiências de custódia, que nada mais é do que uma audiência para ouvir o réu, preso, em um prazo de vinte e quatro horas após sua prisão, para verificarmos se há a necessidade de mantê-lo encarcerado ou não. Podemos pensar a mesma coisa para a questão da violência contra as crianças e os adolescentes, pensar em uma forma de ouvir esta criança rapidamente. O Dr. André estava me falando aqui, que esta pode ser em uma forma de antecipação de prova ou algum outro jeito. Vamos pensar nisso, talvez seja o caminho para não deixar essa criança por muito tempo sem dar esse depoimento, pois pode ser que ela esqueça ou outros fatores externos contaminem esse depoimento. Muito Obrigado.

A Senhora Presidente **Angela Á. Portella** – Muito obrigada pela sua fala, Desembargador Almiro. Bem profundas suas reflexões.

Quero pedir desculpas por não ter anunciado antes os membros da Comissão da Família da Assembleia Legislativa. São eles: A Deputada Lenir Rodrigues, o Deputado Oleno Matos, a Deputada Aurelina Medeiros e o Deputado Dhiego Coelho. Quero também me reportar às pessoas que estão aqui na platéia e têm algum tipo de luta com relação ao enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente, como a Senhora Ivone Sallucci, a Senhora Socorro Santos, a coordenadora da Pastoral Irmã Renata e representando a Conferência dos Religiosos do Brasil, Irmã Antônia Storti e a Senhora Kátia Angélica Alfredo, membro do comitê de enfrentamento, representado os CREAS.

Chamamos para fazer uso da palavra o Senhor Secretário Municipal de Gestão Social Moacir Carlos.

O Senhor Secretário Municipal de Gestão Social, **Moacir Carlos** – Bom-dia a todos. Bom-dia, Deputada. Grato pela oportunidade. Em seu nome, cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Vou fazer para vocês uma curta apresentação de alguns números que estamos trabalhando na Secretaria de Gestão Social, e também trazer dois temas para a gente provocar uma reflexão da sexualidade e enfrentamento. Infelizmente, não trago boas notícias. O SEVEN é o Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual da Criança e Adolescente. O SEVEN é um serviço que está disponibilizado no CREAS, que é o Centro de Referência Especializado da Assistência Social. Com base nesse serviço, trago números alarmantes para apresentar para vocês.

Senhoras e Senhores, autoridades, por favor, coloquem atenção nesses números e que nos permitam reflexões e procedimentos.

No ano de 2013, o Serviço de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual atendeu 1.205 crianças que sofreram algum tipo de abuso ou violência e 619 adolescentes. Nesse período, o serviço prestou atendimentos a 1.308 famílias, uma quantidade mensal que varia de 70 a 103 atendimentos/mês, totalizando 1.354 atendimentos.

No ano de 2014, o SEVEN atendeu 1.034 crianças que sofreram algum tipo de abuso ou violência e 253 adolescentes. 1.001 famílias foram atendidas em serviço psicossocial e 1.690 atendimentos foram realizados.

Neste ano, até abril, nós já atendemos 311 crianças que sofreram algum tipo de abuso ou violência e 104 adolescentes. 381 famílias foram atendidas e estão sendo acompanhadas. Em média, 438 atendimentos por mês. Com base nesses números, eu quero apresentar para vocês uma pequena fala e espero sensibilizá-los pela grande problemática em Boa Vista. Não estou falando no Estado, porque o âmbito desse serviço é municipal. Conforme esses números, nós já estamos atendendo em três

anos 2.500 crianças que já sofreram algum tipo de abuso e violência. Isso é alarmante, Senhoras e Senhores. Nós precisamos atuar, de alguma maneira, principalmente em causas que estão provocando esses números alarmantes. Temos que refletir principalmente sobre temas como a erotização precoce que as crianças estão sofrendo e ao mesmo tempo há adultos que estão se portando como crianças. Muitos de nós temos comprado produtos de apresentadora de televisão que se porta como criança, provocando essa erotização precoce tanto em crianças como em adolescentes. Então o nosso cuidado hoje não é só atuar na ponta, no sintoma, mais refletir sobre as causas que estão provocando esse tipo de situação. Então, a erotização precoce e adultos se portando como crianças produzem essa confusão e refletem uma série de sintomas. Não adianta só comentar números, temos que provocar uma reflexão na sociedade e ter uma atitude clara, íntegra, para coibir esse tipo de situação.

Outro tema que trago e que já foi dito antes, é a questão dos procedimentos de investigação e processos tanto na área de segurança, quanta na área de justiça. Gostaríamos que todos refletissem um pouco sobre essa questão para que possamos ter empatia com uma criança que sofreu algum tipo de abuso. Falar da sexualidade não é uma coisa fácil, simples. Notem vocês o que é o constrangimento de alguma pessoa perguntar para você, um adulto, experiente, como está sua vida sexual. Como foi sua vida sexual ontem? Olha o constrangimento, isso não é assunto que falamos em bares e em cafés, imagine uma criança ser submetida a um questionamento estressante para provar sua inocência. É algo, Senhoras e Senhores, que temos que refletir: refletir nos números, na causa e refletir nos procedimentos. Nós não temos outras alternativas ou maneiras de abordar esse assunto, senão ter uma equipe multidisciplinar de pessoas discutindo essa problemática a fim de apresentar soluções. É muito importante que a gente coloque atenção nesses números alarmantes que Boa Vista está apresentando e que possamos tomar providências urgentes em relação o que fazer com essa situação.

Quero encerrar essa breve fala e deixar aqui uma reflexão em relação a essas causas e sintomas que estamos convivendo, receber essas crianças, receber esses adolescentes, porque o enfrentamento ao abuso é uma tarefa, é uma missão para nós e requer sensibilidade, requer preparação, e não adianta termos um serviço social preparado, disponível a prestar os serviços e em contrapartida, em outros trâmites em outras esferas, haver pessoas que não estão preparadas e, através de um questionamento incessante e falta de sensibilidade, estressar ainda mais as crianças, adolescentes e suas famílias. Muito obrigado pela oportunidade e espero ter contribuído de alguma forma.

A Senhora Presidente **Angela Portella** – Muito obrigada, Senhor Moacir, pela sua fala. A gente precisa continuar esse trabalho.

Convido para fazer uso da palavra o Promotor de Justiça, especializado em crimes contra a dignidade sexual praticados contra crianças e adolescentes, Doutor André Paulo dos Santos.

O Senhor Promotor de Justiça, especializado em crimes contra a dignidade sexual praticados contra crianças e adolescentes, **Dr. André Paulo dos Santos** – Bom dia a todos. Quero iniciar dirigindo meus cumprimentos à Presidente da Mesa, Deputada Angela Portella, em nome de quem cumprimento todos os demais Deputados Estaduais desta Casa e cumprimentos as demais autoridades presentes.

Não posso deixar de iniciar parabenizando esse evento, que levanta um assunto tão interessante, com uma causa tão nobre, que é a defesa dos direitos de crianças e adolescentes explorados sexualmente, e dizer como é importante eventos como esse e discussões como essa levada por esta Casa Legislativa.

Sou Promotor de Justiça e trabalho especificamente nesta área da promotoria que combate os crimes sexuais e crimes contra crianças e adolescentes. A gente tem verificado diariamente situações que nos tira o sono. Já vi situações em processo que fiquei três dias deprimido. São situações muito graves, histórias muito tristes. Temos que dar nossa contribuição, todos nós como sociedade, como rede de proteção, e temos que melhorar esse sistema da rede de proteção, porque hoje deixa muito a desejar, como já foi dito aqui pelos que me antecederam.

Quando a gente fala em exploração sexual, abuso sexual, temos crimes mais comuns, como, por exemplo, crime de estupro de vulnerável, que é manter ato sexual com menor de 14 anos, e tem o crime de estupro e o crime de exploração sexual no artigo 244-A do Estatuto da Criança e Adolescente, que prevê especificamente a exploração ou o ato de submeter o menor de 18 anos à prostituição e exploração sexual. É importante chamar atenção para o fato que as estatísticas criminais de delitos cometidos contra crianças e adolescentes estão aumentando. A cada ano está aumentando a quantidade de crimes sexuais, que ensaja uma atuação, e que sejam medidas fortes para reprimir, para prevenir esse tipo de delito. Chamo atenção também para uma modalidade de crime.

Em conversa com Doutor Delson antes da audiência, a gente chegou à conclusão que é o crime do futuro, é o crime que está se popularizando a cada dia mais, e tende a ficar mais popularizado ainda no futuro. Ele se chama na internet *sextin*, ou *selfnude*, que são quando as pessoas produzem fotografias ou vídeo íntimos e chegam ao conhecimento de terceiros. O que chama atenção, segundo dados recentes da ONG's *elfnete*, é uma referência ao tema em que 60% de fotografias e vídeos divulgados via WhatsApp ou internet são de menores de 18 anos. 35% são meninas com a idade entre 13 e 15 anos de idade, que têm fotografias e vídeos eróticos ou situação de nudez que circulam por aí no WhatsApp e internet. Isso é muito preocupante. Em muitos casos, o infrator faz chantagem com a menina, como já vimos em vários processos, se apropriam das fotos, por exemplo, e dizem assim: “olha se você não sair comigo e não fazer isso, isso, vou divulgar para todo mundo na sua escola”. Imaginem isso na cabeça de uma menina de 12 ou de 15 anos, é uma devastação completa! Então temos que pensar em estratégias, dentre as formas de combate aos crimes sexuais, de combate essa modalidade de crimes sexuais que estão surgindo, até porque, para o Estatuto da Criança e do Adolescente, filmar crianças em situação erótica ou de nudez é crime, com pena de 4 a 8 anos. O simples fato de possuir fotografias ou filmagens de menor de 18 anos, nessas situações eróticas, é crime, com pena de 1 a 4 anos, ou trocar, distribuir ou compartilhar, passar para terceiros no WhatsApp, e-mail, etc, é crime, com pena de 3 a 6 anos. Ou seja, mesmo que a pessoa não tenha tirado, não tenha produzido, feito a filmagem ou fotografia, se ela compartilhou com amigo, já é crime, ou se ela apenas tem no celular, computador, é crime também. É necessário que haja estratégias para combater esse crime que a cada ano está dobrando as incidências. Segundo dados da self internet, de 2012 para 2013 e 2013 a 2014, os números dobram de relatos de casos de adolescentes envolvidos nesse tipo de situação. Temos casos de adolescentes que cometeram vários tipos de atentados, que já cometeram suicídios por causa da exposição. Não aguentaram a pressão social, especialmente na escola. Há casos no Canadá, Estados Unidos, casos em outros países e casos aqui no Brasil. Não temos em Roraima. Caso famoso ocorreu no Piauí, outro no Rio Grande do Sul, que aconteceu um ano atrás, de adolescente que cometeu suicídio em situação assim. Então, à nossa frente o problema da surgindo e está aumentando e chamo atenção especial para essa forma de abuso sexual.

Como foi dito pelos outros palestrantes, a gente precisa melhorar as condições de trabalho aqui no Estado de Roraima. Delegada Maria Aparecida, sou testemunha do trabalho, do empenho e dificuldades do trabalho dela, sou testemunha e tenho acompanhado de perto. É impressionante a dificuldade que a polícia sofre para investigar e a vítima é vitimizada mais uma vez. Sofre ao chegar à polícia porque não tem estrutura para acolhê-lo, não tem psicólogo, não tem uma sala adequada, pois a estrutura policial é muito precária. Depois ela é novamente vítima quando vai ao IML fazer exame, porque no IML a estrutura é pior ainda. Para os senhores terem uma ideia, se a vítima vai ao IML fazer exame à noite, o médico informa para voltar no dia seguinte, porque não tem lâmpada para clarear a realização do exame sexual. O médico não tem a menor condição de trabalhar. Estive no IML no mês passado e não tinha uma manta para cobrir a maca para a criança deitar e fazer o exame sexual. Então, tem que melhorar a estrutura de trabalho para que a vítima não seja vitimizada novamente a cada etapa em que ela tem que lembrar o crime e denunciar às autoridades.

O Desembargador Almiro Padilha está de parabéns por encampar o projeto do depoimento sem dano. Faço aqui meus elogios ao empenho pessoal dele, porque realmente é muito importante para essa causa. Chamo também a atenção para o Instituto de Criminalística que também não tem condições de trabalho. Várias vezes o perito me falou que tem que pagar internet no seu bolso, para comprar programas para analisar caso de violência sexual envolvendo a internet. Não tem estrutura de trabalho para o perito fazer uma perícia no computador apreendido, num CD ou num *pendrive*. Então, é importante olharmos com carinho para esses setores da justiça, da polícia, para que as condições de proteção às crianças vítimas de exploração sexual sejam melhoradas. Eu quero deixar muito claro que não estou apontando A ou B e nem estou criticando A ou B, mas estou dizendo que existe um problema e precisamos resolvê-lo.

Quero parabenizar esta Casa Legislativa por promover este debate e que continuem acontecendo outras vezes, porque, certamente, como disse Salomão na Bíblia: “Lança teu pão sobre as águas, porque depois de muitos dias o acharás”. Muito obrigado.

A Senhora Delegada de Polícia Civil, Dra. **Maria Aparecida Fernandes** – Agradeço o convite por estar aqui presente e parabenizo a Deputada Angela e a Casa por ter acolhido este desafio sobre este assunto de suma importância e que todos nós precisamos olhá-lo com olhar de águia, como alguém já disse, aquele olhar que vê a presa à distância, porque só assim podemos proteger nossas crianças e adolescentes, porque é um

dever do Estado e do Município.

Justifico a ausência da Delegada Haideé, que me ligou e me pediu que me fizesse presente, porque, por uma questão de agenda, ela não pode estar presente. Mas, seria um prazer para ela está aqui conosco.

Sobre o crime já foi bem explanado. Eu fiz algumas anotações para não ultrapassar o tempo. Agradeço aquelas pessoas que fizeram referência a meu nome, por já conhecerem o meu trabalho, pois já trabalhei nessa delegacia no período de 2005 a 2008. Tive a oportunidade de trabalhar com os promotores, com a D. Ivone, com a Senhora Socorro. Já conheço o trabalho desse Comitê de Enfrentamento de longas dadas. Fui reconduzida, retornei em agosto a casa. Esta casa se chama NPCA – Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente, órgão da Polícia Civil, mas os problemas continuam os mesmos. O Doutor Flávio tem razão, fiz algumas anotações porque os computadores, Dr. Flávio, foram disponibilizados. Mas, sobre o resto da estrutura nada mudou. Como Delegada de Polícia, não acho que seja me desmerecer sair da minha sala para ir até um computador e registrar um Boletim de Ocorrência, que, por lei, é de atribuição de um Agente de Polícia. Porém, diante da ausência do mesmo, eu jamais, estando na delegacia, deixo de sair da minha sala e registrar uma ocorrência. Eu estou no Estado de Roraima e fiz concurso para servir à população. Então, chegando até a mim só não é atendido se eu não tiver condições, como foi o caso da mídia. Eu não tinha condições de copiar a mídia do celular do Dr. Flávio para o computador. Então, ele teve que copiar e trazer no dia seguinte. Mas o registro da ocorrência eu jamais deixo de fazer, por ser Delegada de Polícia, por estar lá para servir.

Quanto a servidores, estou com um déficit, mas o cenário daquela tarde mudou, porque hoje eu tenho dois servidores que ficam comigo à tarde, um agente de polícia e um agente carcerário e, agora, foi me mandado um escrivão. Mas, continuo com problemas de servidor.

Quanto a ouvir várias vezes a vítima, entendo como o Desembargador falou, porque para aquela vítima, que já teve dificuldades para relatar a alguém e esse relato chegar a uma delegacia de polícia já é difícil. Agora, imaginem ela ser ouvida pela delegada, pelo conselho, pelo promotor. Não criticando, porque são pessoas necessárias para ouvi-la a fim de elucidar o caso. Mas, passa pela cabeça dessa vítima porque alguns já me fizeram essa pergunta: “Eu acho que não estão acreditando em mim”. No momento que ela começa a ser questionada pelo mesmo fato, é prejudicial. Então parabemize o TJ pela iniciativa e fico aguardando uma delegacia nesse nível, Desembargador.

A demora na conclusão da investigação é muito prejudicial para a elucidação do fato. E o que é a elucidação do fato para um delegado de polícia, que é aquele que tem o primeiro contato com a vítima? Essa demora faz com que provas sejam perdidas, faz com que a própria vítima passe a ter dúvida se continua ou se não continua. Se acreditaram ou não acreditaram. Concluir a investigação e mandá-la para o Judiciário o mais rápido possível. E o que eu preciso para isso? Preciso de demanda de pessoal, preciso de agente para concluir a investigação externa, preciso de escrivão para concluir a investigação a nível de delegacia, preciso de delegado para concluir o inquérito, porque uma investigação jamais vai existir sem delegado, escrivão e agente de polícia. Precisamos de uma equipe.

As condições do local deixam a desejar, porque, como bem falou o secretário, é muito difícil falarmos da nossa sexualidade. É difícil falarmos para um ginecologista, agora imaginem uma criança ou adolescente chegar numa delegacia de polícia, após ter sofrido um abuso e narrar o que lhe aconteceu. Eu tenho muito carinho pelas minhas vítimas, porque sei o que elas sofrem até chegar a uma delegacia de polícia para iniciar uma investigação. Por isso que, por mais dificuldades que haja para desempenhar o meu trabalho, por mais que eu tenha que me explicar em Corregedoria de Polícia pelos prazos demandados nas investigações, não chego na Delegacia Geral e peço relato. Insisto porque precisam de alguém nessa delegacia, precisam de alguém que entenda o quanto essas vítimas são vulneráveis. Mas vai melhorar, eu espero!

Então, o Secretário Moacir já demonstrou a demanda do SEP. Eu agradeço a vocês porque há grande demanda. De lá vai para o NPCA, porque é o lugar onde eu tenho o apoio psicossocial para mandar as vítimas de abuso. Na delegacia o atendimento é feito por delegado, agente ou escrivão. Nós não temos uma equipe multidisciplinar. Então, após esse entendimento, é que eu tenho a oportunidade de encaminhá-la para o SEP. É um trabalho de muita importância na minha investigação, porque, através do relatório da equipe, eu tenho peculiaridades que ocorreram durante aquela violência, nomes citados que fazem parte daquela violência que aquela vítima não tinha se encorajado a falar antes. Eu atribuo isso à escuta qualificada da equipe e o ambiente que aquela vítima está falando, porque é um ambiente bem mais suavizado, adequado, humanizado do que uma delegacia de polícia. Hoje, eu tenho um grande problema na delegacia que é

de espaço, porque eu atendo as ocorrências e atendo também aos intimados dos casos que já estão em andamento. Não tenho espaço para fazer uma separação de quem chega para ser intimado e de quem chega para prestar depoimento. Mas, eu tenho esperança que irá mudar, haverá empenho de todos. Sei que cada evento como esse sensibiliza mais as pessoas e desperta a necessidade de determinados ajustes. Então, as estatísticas já foram divulgadas na mídia, o secretário que atende a nossa demanda mostrou o quantitativo. Agradeço aqueles que já conhecem o meu trabalho e fizeram referência a ele. Vamos cuidar das nossas crianças e adolescentes. Eles serão os homens e mulheres do amanhã. Nós precisamos que Roraima tenha continuidade de pessoas saudáveis e essa continuidade se dará por nossas crianças e adolescentes. Muito obrigada!

A Senhora Presidente **Angela Á. Portella** - Muito obrigada, Dra. Maria Aparecida. Gostaria de chamar a atenção dos senhores presentes e dos componentes da Mesa que esta Audiência Pública não vai ficar no mundo das ideias, no campo do discurso, pelo contrário, terá continuidade. Todas as falas estão sendo gravadas, serão compiladas. Num segundo momento, todas essas pessoas que estão aqui representando os órgãos afins serão chamadas. E, dentro de cada colocação, serão feitas as proposições para que possamos alcançar uma realidade diferente da atual. Queremos dizer que esse trabalho é permanente e ganha reforço cada vez que trouxermos esses assuntos à tona.

Chamamos para fazer uso da palavra à representante da Secretaria de Saúde, a técnica do Núcleo de Ações Programáticas da Saúde da Criança, Senhora Valentina de Araújo Vieira.

A técnica do Núcleo de Ações Programáticas da Saúde da Criança, Senhora **Valentina de Araújo Vieira** – Bom dia a todos e a todas. Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui para falar de um tema tão importante, que envolve o esforço de cada um de nós que fazemos parte dessa rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças, adolescentes e suas famílias. Eu fui convidada para representar a Secretaria de Saúde. Também faço parte do Comitê de Enfrentamento da Violência, junto com a Ivone, a Socorro e o professor Flávio, além de vários representantes. Eu tinha preparado uma apresentação, mas quando eu estava fazendo a apresentação eu fiquei muito angustiada. Mas, a partir do momento em que eu cheguei aqui, que vi cada um de vocês, eu percebi que a angústia não era só minha. E estou dividindo com vocês a nossa preocupação. Já é notório que precisamos nos unir para reorganizarmos a nossa rede de proteção integral às crianças e adolescentes e suas famílias em situações de violência. Falar da saúde, num enfrentamento do abuso, da exploração e do tráfico de crianças e adolescentes, significa que nós, enquanto saúde, não deveremos e não temos que estar isolados nesse processo. Para nós fazermos parte deste momento, nós precisamos nos organizar, juntamente com outros setores da saúde, mas também de outras instituições. Nosso papel de gestor vem com a função de organizar uma estratégia de gestão que oriente a execução de políticas de enfrentamento à violência contra a criança, através de gestores e profissionais de saúde dos três níveis de atenção básica, média e alta complexidade, no sentido de garantir a prevenção no combate à violência e a garantia de direitos. Nós também temos um papel de efetivar a linha de cuidado para atenção integral. Essa linha de cuidado envolve todos nós atores, como já falei. A linha de cuidado é uma estratégia de ação com um caminho para a integralidade, como todos já falaram. Vou resumir esse quadro que o Ministério da Saúde, a própria saúde da criança, vem trabalhando nesse formato, um fluxo de acolhimento a essas pessoas em situação de violência. Esse acolhimento vai além da criança e do adolescente, chega à unidade de saúde e você recebe e passa para um atendimento sem escuta qualificada. Todos os profissionais precisam estar envolvidos e saberem o seu papel dentro desse acolhimento. E esse acolhimento vai para o atendimento com a consulta médica, a anamnese feita no paciente, a escuta pelos profissionais, pelo psicossocial, vai, dependendo da situação, realizar as profilaxias, a medicação, os exames necessários. A notificação compulsória é para efeito do sistema de informação. E a notificação obrigatória aos órgãos competentes é posterior ao segmento da rede básica. Então, nós estamos trabalhando para conseguir organizar essa linha de cuidado, mas nós da saúde não podemos organizar esse fluxo de maneira isolada.

Algumas legislações, desde 2013, já apontam a necessidade de organização do serviço e já demonstram que a gente, enquanto saúde, não consegue dar conta de um universo tão complexo, como é questão da violência contra a criança e o adolescente. Então, nós temos hoje o Decreto 7958, que estabelece as diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do SUS. Nós temos a Lei 12845, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual e o Decreto 8086, que institui o programa “Mulher, Viver Sem Limites” e dá outras providências.

Nós temos a Portaria 18618, que estabelece que os serviços de saúde têm que estar cadastrados no QUINES. E nós, da Secretaria, estamos trabalhando para cadastrar as unidades. Mas, ao mesmo tempo que se cadastra, nós estamos com a responsabilidade de organização do serviço, para garantir que essa vítima seja bem atendida e consiga passar por aquele fluxo que a gente já falou. Tem a Portaria Ministerial, que também estabelece as orientações. Enfim, são várias legislações que só a saúde não dá para organizar. Hoje, em nosso Estado, nós temos algumas referências. A Maternidade e o Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré são a referência estadual para atendimento da mulher e da adolescente em situação de violência sexual. Alguns casos esporádicos que necessitam de procedimento cirúrgico também são encaminhados para a maternidade, visto que o Hospital da Criança não dispõe de ginecologista no plantão da emergência. E, atualmente, a maternidade está na revisão de seu protocolo de atendimento. Houve uma época que nós tivemos alguns avanços que, mesmo falando como o professor Flávio colocou, a nossa demanda, a nossa necessidade de retorno ao Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente. As Unidades de Saúde, principalmente no Hospital da Criança e na Maternidade, a Ivone, a Doutora Graciete, a Socorro, estavam juntas conosco, não sei se a Doutora Aparecida, quando nós estávamos querendo estabelecer o nosso fluxo de notificação obrigatória. Foi um verdadeiro parto de fórceps, porque ninguém se entendia quando chegava a hora de notificar ou não a violência sexual de crianças indígenas. Então, foi muito difícil para a gente. Nós tivemos várias reuniões para tentar organizar esse fluxo. E nós não conseguimos. Depois, nós ganhamos de presente um núcleo de proteção dentro do Hospital da Criança e dentro da Maternidade. Eu digo de presente, mas nós estivemos presentes. Lembro muito da Socorro. Nós acertamos porque tinha interesse da gestão para que isso fosse organizado. E as pessoas que estavam no plantão, que ouviam essa vítima, a gente considerava pessoas qualificadas para o atendimento. Hoje nós tivemos uma regressão. E eu falo enquanto Hospital Materno-Infantil e Hospital da Criança nesse atendimento. O professor Flávio já falou muito bem que nós hoje temos dificuldades para que esse registro seja efetuado na delegacia. Às vezes, quando agente consegue que o telefone atenda, o agente vai nos hospitais e pega a criança, como já foi caracterizado. Mas a gente precisa se organizar enquanto rede e cada um saber o seu papel nesse universo.

Eu tinha mais coisas para falar, mas resumindo é isso, a saúde está se organizando, mas também não está do jeito que a gente queria. Estamos aqui para somar junto com vocês e trabalhar. Eu fico muito feliz quando a Deputada Angela fala que a gente vai sair daqui com propostas para a nossa rede realmente se tornar efetiva e costurar os buracos, pois todo mundo diz que nós estamos com a rede cheia de buracos. Obrigada pela oportunidade. Estou aqui à disposição.

A Senhora Presidente **Angela Á. Portella** – Quero chamar para fazer uso da palavra à inspetora da Polícia Rodoviária Federal, Doutora Verônica Santos Albuquerque.

A Senhora Inspectora da Polícia Rodoviária Federal, Doutora **Verônica Santos de Albuquerque** – Bom dia a todos. Em nome da Polícia Rodoviária Federal, nós gostaríamos de agradecer a oportunidade de poder expor o trabalho que a Polícia Rodoviária Federal vem fazendo ao longo de nosso Brasil e também de nosso Estado. A luta contra o abuso sexual contra crianças e adolescentes também é uma luta da Polícia Rodoviária Federal. Ela iniciou-se em 2006 com o Projeto Anjo da Guarda, que vem para proteger as nossas crianças. Desse projeto começou-se a ver a necessidade de visualizar os pontos vulneráveis para que a gente possa combater isso aí. A estrutura hoje da Polícia Rodoviária Federal comporta 9.194 policiais rodoviários federais. E, ao dia, nós temos 1.500 policiais ao longo de todas as rodovias federais. Nós temos 21 superintendências regionais e cinco distritos regionais. Roraima é o 5º distrito regional do Brasil. De 151 delegacias, Roraima não tem nenhuma. De 422 postos de fiscalizações, nós temos um posto de fiscalização para seis rodovias federais aqui em Roraima. Nós estamos precisando de estruturas e também de policiais para que a gente possa fazer um trabalho mais objetivo dentro de nossa região.

Nossos eixos de proteção à criança e adolescentes: Enfrentamento contra a violência sexual contra crianças e adolescentes, combate ao trabalho escravo e a reeducação do trabalho infantil irregular de adolescentes; busca de crianças e adolescentes desaparecidos e prevenção a esses desaparecimentos; proteção de crianças e adolescentes ameaçados; implementação de sistemas de informática especializados para proteção de crianças e adolescentes. Esse enfrentamento nós fazemos através da sensibilização de nossos policiais. Fazemos isso através de cursos de informações e treinamentos constantes. Sensibilização da sociedade, através de nossos comandos de saúde e projetos ao longo das rodovias. Bibliotecas com brinquedotecas, comando de saúde. Hoje nós temos a oportunidade de instruir através do CRET, que é o setor que nós fazemos para a educação no trânsito nessa sociedade. Mapeamento dos pontos vulneráveis. É esse ponto que eu vou me adentrar hoje. E atividades repressivas.

Como eu já falei, a sensibilização do policial, a gente faz através de cursos. A sensibilização da sociedade para a gente ganhar mais um pouquinho eu já falei. Aqui o mapeamento dos pontos vulneráveis. Nós estamos na edição que nós fizemos até 2014 esse mapeamento. E as ações repressivas, através das operações Anjo da Guarda e atuação cotidiana dos policiais nas nossas rodovias. Quando nós fazemos as prisões, o resguardo, a proteção dessas crianças durante o nosso trabalho de nosso dia adia e ações que a gente ainda tem a desenvolver. A transferência de metodologia do mapeamento para outras polícias e adequação dos dados coletados para o sistema único para que a gente tenha um sistema único para mostrar, colher esses dados e fazer com que eles funcionem para que a gente possa ter um melhor trabalho, um melhor desempenho nesse enfrentamento. E adaptação do FENTRAM para a temática. Nós temos operações em parcerias com o Ministério Público do Trabalho e projetos. O Chapa Firme foi um projeto que foi feito na Bahia com aquelas pessoas que trabalham. As pessoas chamam de chapas quem faz aquelas descargas dos caminhões que trazem mercadorias, cargas, ao longo do Brasil e ficam em postos para fazer essas descargas.

Eu vou passar direito para o mapeamento para que a gente possa ir mais rápido. O projeto Mapear, que não está aí, está num outro tópico no pendrive. Esse projeto surgiu em 2009 para que a gente pudesse saber os pontos vulneráveis que estavam nas rodovias. Em que consiste? Consiste ao longo da rodovia, a gente procurar ver quais aqueles pontos que mais trazem riscos para a criança e o adolescente. E a gente viu isso ao longo desses anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. Esses pontos foram detalhados e foram classificados como crítico, alto, médio e baixo. Nessa estratégia, nós podemos fazer ações preventivas e repressivas para prostituição, para presença de crianças e adolescentes pela falta de vigilância, iluminação, combate às drogas, dentre outros. Tivemos alguns resultados que foram muito importantes para a gente. Entre 2009 e 2010, foram detectados 924 pontos críticos, sendo 50,8% do total. Isso ao longo das nossas rodovias no Brasil. Em 2011 e 2012, depois de nosso mapeamento, esses pontos diminuíram. Foram encontrados 691 pontos críticos, sendo um total de 38,9%. Em 2013 e 2014, 566 pontos críticos, 28,7%, dando aí ênfase que o nosso mapeamento surtiu efeito para melhorar. Não fez com que acabassem os riscos dessas crianças, houve apenas uma migração para outros lugares, para outros municípios ou para dentro da própria cidade, saíram das rodovias. Por isso que a gente pede que, além de fazer só um mapeamento, a gente possa ter como parceiros outras instituições. O nosso desafio e proposta é que a gente possa transferir para as outras instituições, como, por exemplo, a Polícia Militar e Guarda Municipal, para que eles possam fazer esse mapeamento juntamente conosco, para que possamos fazer isso como já fizemos em Pernambuco, onde surtiu efeito grandioso, para reduzir esse índice de criminalidade com as nossas crianças e adolescentes. É por isso que pedimos união, para que a gente possa construir um Brasil sem exploração sexual de crianças e adolescentes. Muito obrigada!

A Senhora Presidente **Angela Á. Portella** – Muito obrigada! Quero convidar para fazer uso da palavra o Senhor Jefferson Kennedy.

O Senhor representante da Vara da Infância e da Juventude, Sr. **Jefferson Kennedy** – Quero parabenizar a Deputada Angela Portella pela iniciativa e pedir licença para cumprimentar aqueles que estão na ponta do trabalho de prevenção, que muitas vezes enfrentam várias situações que envolvem o abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes. Quero também cumprimentar os Conselheiros Tutelares do Município do Cantá, as Senhoras Elis Angela e Renata, que estão presentes. Quero lembrar aqui que o Desembargador Almiro Padilha, ao sair, me disse que tinha esquecido um detalhe e eu vou falar agora: a Vara da Infância e da Juventude, que teve à frente o Doutor Dêlcio, que faz parte de Mesa neste momento, e hoje tem à frente o Doutor Parima, também desenvolve um trabalho de prevenção e combate ao abuso e exploração, por meio dos técnicos judiciários, por meio da especialidade de agente de proteção. São eles que muitas vezes fazem o trabalho que muitas vezes é criticado, que é o de fiscalizar estabelecimentos como: hotéis, pousadas, motéis, bares, restaurantes e outros que são identificados também para a exploração sexual de crianças e adolescentes. Então, a Vara da Infância e Adolescente está atenta a essa situação. O Doutor André Paulo também destacou aqui a questão da sala de atendimento no IML. Essa ação civil pública tem decisão desde o ano passado com multa diária para o não cumprimento, com prazo para cumprimento também. As crianças e adolescentes são revitimizados quando passam pelo Hospital da Criança, quando vão até as delegacias, quando chegam ao IML, quando relatam para as suas professoras, diretoras nas escolas, quando chegam também na Vara da Infância para relatar a denúncia na Divisão de Proteção. Então, nós estamos atentos e também fazemos parte dessa rede de atendimento, O Conselho Tutelar de Boa Vista teve uma duplicidade. Nós tínhamos um Conselho Tutelar e hoje nós temos três. Nós temos na Vara da Infância dois Promotores de Justiça e dois Defensores que

atuam, mas nós só temos um Juiz, que não pode estar aqui porque desde às oito horas está fazendo audiência. A fala do Desembargador Almiro é que a administração do Tribunal tem tentado, mas muitas vezes faltam recursos, e necessita ou precisa da ajuda do Poder Executivo e também do Poder Legislativo. A Vara da Infância e do Adolescente tem quem dela precise. Muito obrigado!

A Senhora Presidente **Angela Á. Portella** – Muito obrigada! Passo a palavra ao Senhor **Adiulson Ribeiro do Carmo**, Presidente da Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente da Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado de Roraima, Sr. **Adiulson Ribeiro do Carmo** – Bom dia a todos. Deputada, em nome da Senhora, parabeno toda a Mesa. Saudações especiais aos colegas de classe, em especial ao Paulo Paciência, Walberte do Conselho 3, ElisAngela e Darluce de Pacaraima, e a Ex-Conselheira Diana, que se faz presente. Como o Kennedy falou, que conhece a nossa luta diária, sempre estamos juntos. Se temos dúvidas, ligamos para o Kennedy e muitas das vezes se faz presente em nossos trabalhos. Esse tema é muito polêmico, quisera eu estar aqui falando que o Brasil, em especial Roraima, não faz parte dos dados de abuso e violência e tráfico de pessoas, em especial de crianças e adolescentes. Em 2010, o Estado de Roraima sediou o terceiro encontro nacional de pessoas desaparecidas, e desde 2010, na época, se não me engano, o Delegado Adriano, que fazia parte dos gestores estaduais, e eu vinha buscando, há dois anos, quem é a pessoa que está à frente dessa tão importante rede, e, infelizmente, sumiu a rede SAPE de Roraima. Fico feliz, Doutora Lenir, da Senhora está aqui. Bons tempos da SEDCAR! No seu tempo se fazia o trabalho que é para ser feito, que é um trabalho voltado para a criança e adolescente, voltado para políticas públicas... Três temas lamentáveis que o Secretário Municipal falou, e isso só no Município de Boa Vista! Infelizmente temos 6 CREAS e somos 15 municípios. Quero propor aos nobres, às redes, que levem os CREAS para os 15 municípios. Do Uiramutã ao Baliza há violação de direitos e principalmente abuso, sendo de suma importância o primeiro atendimento a essa criança ou adolescente vítima. Infelizmente, os maiores abusadores são: pai, padrasto, tio, avô e irmão. Doutora Aparecida, recentemente, não sei se a Senhora ficou sabendo de um caso de abuso de uma criança de 8 anos no bairro Araceli, que foi abusada pelo irmão adolescente e pelo vizinho. É lamentável que isso ainda ocorra, mas é a nossa realidade, a realidade do Brasil! O que eu sempre falo: tenham olhos de águia! Eu sou pai, sei que a maioria aqui é pai ou mãe, vamos ficar de olhos nas nossas crianças, que, se não forem bem cuidadas, amanhã serão os violadores de direitos de crianças e adolescentes. Por isso que eu peço a todos que estão presentes aqui para levarmos os CREAS para todos os 15 Municípios do nosso Estado. Muito obrigado!

A Senhora Presidente **Angela Portella** – Muito obrigada! Convido para fazer uso da palavra, representando a Secretaria Estadual do Trabalho e Bem-Estar Social, a Senhora Verônica Oliveira.

A Senhora Representante da Secretaria Estadual do Trabalho e Bem-Estar Social, Senhora **Verônica Oliveira** - Em nome da Secretária do Bem-Estar Social, Senhora Emília Campos, quero cumprimentar todos da Mesa, a Deputada Angela pela iniciativa, aos meus amigos Conselheiros Tutelares. Eu já fui conselheira e sei realmente o que um conselheiro passa... principalmente a criança quando vai à procura de um conselheiro. Eu tinha várias coisas para falar, e hoje percebi que todos que estão aqui estão engajados com a bandeira dos direitos das crianças e dos adolescentes. Vou falar com o coração, acho que toda a sociedade roraimense tem e deve levantar a bandeira da criança e do adolescente. Ontem, dia 18 de maio, foi o dia nacional de combate ao abuso de crianças e adolescentes e vejo que muitas entidades levantaram essa bandeira, principalmente a D. Ivone e Socorro Santos, que admiro por levantar essa bandeira... Acho que é dever de todos terem um olhar diferenciado para a criança e o adolescente, porque nunca vai ser culpa dela o que passa com abuso ou exploração sexual. Um dos casos que tratei, quando era conselheira, foi de uma criança que me informou que tinha se apaixonado pelo seu agressor. Isso me doeu muito porque ali eu vi a inocência dela. A criança muitas vezes confunde carinho com carícias. Ela não sabe diferenciar isso, e eu faço um apelo à sociedade para que levante essa bandeira. É doido, na condição de ex-conselheira, ouvir os depoimentos. Passei um ano e três meses como Conselheira Tutelar. Eu acho que devemos mobilizar a todos. Muito obrigada!

A Senhora Presidente **Angela Á. Portella** - Muito obrigada! Convido para fazer uso da palavra, representando o Comandante da Polícia Militar de Roraima, Coronel João Lins dos Santos, o Coronel da Polícia Militar Magalhães José Damasceno.

O Senhor Subcomandante da Polícia Militar do Estado de Roraima, **Coronel Magalhães J. Damasceno** – Senhora Deputada Angela,

em nome da qual saúdo a todas as autoridades aqui presentes. Em nome da nossa Polícia Militar do Estado de Roraima, quero, nesta oportunidade, informar que a nossa polícia, desde o Município do Jundiá até o Uiramutã, do destacamento de Santa Maria do Boaçu a Normandia, de Entre Rios a Alto Alegre, dizer que a Polícia Militar está presente em todas essas comunidades. Senhoras e Senhores, boa-tarde. Senhora Deputada, nesta oportunidade, quero agradecer, em nome do Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel João Lins dos Santos Filho, a oportunidade de participar de uma audiência de tão elevado nível. Desde já, parabeno pela iniciativa. O assunto é complexo, polêmico e causa clamor e grande repercussão social. A nossa Constituição Federal, no seu artigo 227, estabelece que a criança e adolescente gozem de prioridade absoluta. Então, nós, como adultos, deveremos demonstrar boas ações, boas atitudes, principalmente, exemplo. A partir desses atributos, os pais, familiares, pessoas queridas, eles passarão a alcançar credibilidade. Credibilidade faz a diferença. Queremos dizer que a Polícia Militar, no seu dia a dia, está presentes em situações dessa natureza, tanto nos momentos em que a vítima criança, adolescente, teve sua dignidade ferida, violentada, até porque o nosso foco, o nosso objetivo, o nosso resultado é a proteção do cidadão. A criança e o adolescente fazem parte dessa proteção declinada pela Polícia Militar à população. Senhoras e Senhores, como a Doutora Aparecida, baluarte que tem lutando tanto nessa causa, sabemos que a maioria dos 60% dos crimes que envolvem crianças e adolescentes, o abuso ou a exploração sexual, o pior acontece no próprio ambiente doméstico. Todos nós temos casa, todos nós temos residência, todos nós temos um lar. Todo lar tem uma casa, mas nem toda casa é um lar, pois para um lar é necessário haver paz e tranquilidade constante, mas nem sempre isso acontece nas casas. Então, sabemos que o maior paradigma para uma criança, para um adolescente, é o comparecimento, o medo, o constrangimento e, principalmente, a exposição social. Essas atitudes levam cada vez mais à impunidade. Nós queremos elevar todo o trabalho feito por nossa equipe aqui presente em prol da criança e do adolescente, pois é com muito trabalho, compromisso e comprometimento que poderemos lutar, cada vez mais, em prol da defesa de nossas crianças e adolescentes. Senhoras, sabemos que uma criança que teve e sua dignidade violentada, essa criança vai passar por transtornos, essa criança vai ficar com sequelas, essa criança vai ficar com cicatrizes que mesmo com todo o apoio psicológico, psicoterapêutico, psicossocial, essa criança jamais será a mesma. Então, somente enfatizando, quero dizer que o trabalho é complexo e o que nos causa perplexidade é que ele tem aumentado cada vez mais. Todos já frisaram que parte dessa violência ocorre no seio da família, quando eles deveriam proteger e defendê-lo. Então, em nome da Polícia Militar de Roraima, essa instituição maravilhosa a qual pertença há 21 anos e não me arrependo em nenhum momento de ter ingressado nessa carreira maravilhosa, quero dizer que podem contar com essa Polícia Militar e também de que estamos envolvidos nesta causa para proteger as nossas crianças e adolescentes. Obrigado!

O Senhor Titular da Coordenadoria da Infância e Juventude do Estado de Roraima, Juiz **Délcio Dias** – Boa-tarde, Presidente da Mesa, Deputada Angela Portella, em nome da qual cumprimento a todos os demais presentes. É difícil falar depois que o Presidente do Tribunal de Justiça especificou algumas ações realizadas pelo nosso Tribunal nas questões envolvendo a criança e o adolescente, que é vítima de crimes e abuso sexual. Ano passado assumi a Coordenadoria da Infância e da Juventude e essa coordenadoria tem uma missão muito especial. Ela foi criada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2010, através de uma resolução que reconheceu a importância das presidências dos Tribunais terem uma assessoria especializada na área da infância. Determinaram que cada Tribunal criasse, instalassem e desse uma estrutura necessária para que essa coordenadoria pudesse funcionar. Felizmente, nos últimos anos, a sensibilidade dos nossos administradores públicos na área da infância tem melhorado e muito. Temos dado alguns saltos de qualidade. Precisamos fazer muito ainda, porque a nossa realidade ainda é muito oposta àquilo que desejamos, que é ter uma infância saudável, uma infância que tenha um desenvolvimento psicológico dentro da normalidade e possa chegar à idade adulta como sendo um adulto com a mente sã e pronto para trazer grandes resultados para o nosso País. Então, a Coordenadoria da Infância e Juventude é um órgão de assessoramento ao Presidente do Tribunal de Justiça de caráter permanente. Então, o CNJ entendendo a importância do Tema Infância e Juventude, nessa própria resolução, disse que não se pode desfazer o que criou. Então, a partir de agora, as Coordenadorias da Infância e Juventude elas atuam em um assessoramento superior da administração do Tribunal, levando ao Presidente diretamente, aí um dado bom, que é sem intermediário, é o Juiz coordenador com o próprio Presidente do Tribunal. O Juiz coordenador em um olhar amplo das questões da infância e juventude, embora na infância seja tudo prioritário, mas, infelizmente, nós temos que eleger a prioridade da prioridade, até por uma questão de caixa. E aí, em um estudo aprofundado, a coordenadoria leva às presidências dos tribunais, no

nosso caso, ao Desembargador Almiro Padilha e outros que passaram antes deles, as questões importantes, equacionando, também, com a nossa questão orçamentária. E, dentro desse tema do abuso e da exploração sexual, que veio em boa hora, até com um certo atraso, pois talvez sejamos a última justiça no Brasil a montar a nossa sala de depoimento especial numa atitude preventiva e repressiva ao abuso sexual. Por que eu digo preventiva e repressiva? Porque alguns dados estatísticos têm demonstrado que nos estados onde há o funcionamento das salas de depoimento especial, o número de condenações, ou seja, foi reconhecido fato criminoso e a autoria, ou seja, o abuso efetivamente ocorreu, tem aumentado em torno de 65% esse reconhecimento, ao passo que no modelo anterior, no modelo tradicional, onde o próprio Juiz fazia a inquirição da criança, do adolescente que era vítima do abuso, esses dados de condenação giravam em torno de 5%, conforme o próprio Desembargador Almiro Padilha aqui relatou. Eu disse pedagogicamente pois a pessoa que tem a intenção de cometer delitos dessa natureza, ele tem que ficar atento, porque ele vai dizer: olha, se aumentarem as condenações, eu vou tomar muito cuidado ao pensar em entrar nessa área, porque certamente me pegarão, serei condenado e punido em razão desses fatos. Entro ainda dessa linha, conforme foi colocado pelo próprio Desembargador, nós temos hoje, aqui em Boa Vista, algo em torno de mil a mil e cem casos de abusos e exploração sexual. Mais de 50% desses casos ocorrem no Município de Boa Vista. Isso não quer dizer que não tenhamos um número maior do que esse, pois esses são os casos que efetivamente chegam ao Poder Judiciário. Creio eu que o número possa ser bem maior, até porque a estrutura de atendimento é muito precária, seja através daqueles órgãos que dão o primeiro atendimento inicial, seja através do próprio Poder Judiciário, que é o órgão que recebe depois a denúncia do Ministério Público para que possa processá-la e reconhecer, ao final, a culpabilidade ou não do ofensor. Então, dentro desse quadro, estamos propondo ao Presidente do Tribunal a importância de nós termos uma Vara Especializada, com um juiz especializado no trato dessa questão, especialmente sobre violência sexual. Os nossos dados são pequenos, mas como disse o Desembargador, embora os dados sejam pequenos, não quer dizer que não tenhamos uma demanda oprimida, uma demanda oculta, aí ele deu exemplo até da Vara da Maria da Penha, que tinha poucos casos e, após a instalação da Vara, os casos chegaram a números absurdos, a cerca de sete mil processos. Penso eu que talvez estejamos indo pelo mesmo caminho. Há muitos casos não relatados e à medida que melhorarmos o acesso da população a esses serviços públicos, certamente o cidadão, encorajado por uma melhor estrutura administrativa, política e de serviço a ser prestado, ele, certamente, terá maior confiança em procurar os órgãos de detenção, os órgãos de repressão, para que aquele caso em que ele foi vítima, realmente seja combatido de forma gravosa e na forma firme com que a lei prevê. As penas para esses crimes são altíssimas, começam aí depois dos seis meses, para vocês terem uma idéia. O crime de estupro, hoje, ele tem uma pena maior do que o de um homicídio simples. Então, são delitos que, uma vez perpetrados contra a sociedade, uma vez chegando ao final, o ofensor será duramente penalizado. Bom, são esses os esclarecimentos. Esperamos que nesses dois anos de administração do Desembargador Almiro à frente do Tribunal nós possamos não apenas instalar a Sala de Depoimento Especial, a Vara de Crimes contra a Criança e Adolescentes e, numa fase mais posterior ao ano que vem reestruturar a instalação do núcleo de prestação de uma justiça alternativa na Vara da Infância e Juventude, tal a justiça restaurativa, que é um novo enfoque da justiça e, certamente, reforçará o combate ao crime e o apoio à nossa infância e à juventude. Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição na Coordenadoria da Infância e Juventude. Muito obrigado!

A Senhora Presidentes **Angela Á. Portella** – Nós vamos abrir a palavra aos Deputados que se inscreveram.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Bom-dia a todos! Quero saudar a todos os presentes em nome da Deputada Angela. Ontem, dia 18, foi o Dia de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e eu fiquei me perguntando: é tão pequenino o tema da exploração sexual, pois são tantos os tipos de exploração a que as crianças são submetidas: o trabalho, a agressão, a violência doméstica. A violência sexual é um ponto. Semana passada nós estávamos aqui discutindo a questão das drogas e uma coisa que discutimos muito aqui me chamou a atenção, e as estatísticas mostram que no caso da exploração sexual os crimes estão sendo cometidos por pessoas da família, amigos, parentes e tem uma causa anterior. Estava vendo aqui, semana passada, que o alcoolismo é a terceira causa de morte neste País e é a porta de entrada para todos os outros crimes, inclusive para a droga. Quando a pessoa não tem dinheiro para comprar a droga e não tem como roubar, ele volta para o álcool. Ele é a causa da desestrutura das famílias, que culmina com tudo o que vemos aqui. Então, fico pensando o quanto é maior o trabalho das instituições que estão aqui, porque não é só o combate à violência, não é só a ação da Polícia Rodoviária, não é só a ação do Tribunal de Justiça de condenar, tem uma causa, uma causa maior que a cada dia cresce e eu fiquei ouvindo aqui e vi que nenhuma das instituições aqui têm condições de resolver o problema, assim como o IML não tem como realizar o exame.

Segundo os dados que recebi, o farmacêutico Jeferson Ramos é membro de um grupo de jovens de uma igreja evangélica. Ele disse que elaborou uma programação em alusão ao Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual Infantil e se surpreendeu ao verificar que não existia nenhum dado sobre Roraima no site da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Outra Acadêmica, Jéssica Mendonça, que também faz parte de um grupo de jovens, relatou que, ao ligar para o Disque 100, as ligações não completam e disse que as pessoas têm que procurar outras alternativas, como ligar para o 190 da Polícia Militar. É o que sobra para esse tipo de denúncia. Então, junta tudo isso e a gente parte para o relato das nossas instituições. O IML não tem um lugar adequado para se fazer exames. As delegacias, os tribunais também não têm um lugar adequado para que se possa ouvir, colher informações sobre os crimes. A Doutora Verônica estava expondo e eu estava olhando aqui no mapa do Brasil o vazio da Região Norte com relação às ações que podem ajudar no combate a essa questão, e não é de hoje que discutimos isso. Vi dados estatísticos trazidos por minha assessoria que me chamaram atenção: no Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente foram registrados 102 boletins de ocorrência de estupro de vulnerável 03, de favorecimento à prostituição e aliciamento; em 2014, de janeiro a abril, só 22 casos foram registrados, e nenhum de aliciamento. A gente começa a ver que existe um número muito grande de processos para serem julgados, porque falta uma estrutura complementar para apurar, que seja para condenar ou não. Aí se percebe que a nossa estrutura ainda é caótica, e não é de hoje que se discutem os problemas ligados à infância. Eu estava vendo... eu vou muito ao Município do Cantá, lá há uma incidência muito grande... e quando você busca a causa percebe que, se o menino estava triste, o motivo pode ser droga, ou a mãe disse alguma coisa, ou foi abusado. Quando vemos os registros de Caracarái nós também assustadores. Eu acho que este ano já ocorreram 5 casos de mortes de jovens que têm causa desconhecida, mas a gente sabe que estão ligadas ao abandono da criança, e não à pobreza. Há muita gente que não tem o que comer, mas cuida dos seus filhos. Semana passada eu falei dos crimes cometidos por adolescentes. Normalmente não são de famílias pobres, mas geralmente são praticados por pessoas bem de vida, mas quando a gente busca uma causa encontra a falta de compromisso e estrutura familiar. Quando a gente discute cada item de exploração sexual, vê que a causa é bem maior. Aqui na Assembleia a gente sempre levanta essa discussão, e eu quero falar que vi, não sei se foi a Valentina ou quem foi, o quantitativo de leis que existem para proteger a criança e o adolescente. Semana passada, eu falei que aqui na Assembleia a gente já está fazendo lei para fazer cumprir leis, como, por exemplo, tem a Lei Maria da Penha, então, vamos fazer uma lei para obrigar a divulgá-la! A gente teve essa experiência na Assembleia quando foi criado o CHAME. A gente fez uma delegacia comandada por mulheres e de início a gente via violência contra a mulher, e ficamos assustadas porque era quase equivalente ao número de denúncias contra as mulheres. Os homens começaram a ter coragem de ir ao CHAME também denunciar que estavam sendo agredidos. Eu acho que é muito difícil uma mãe ligar para o 190 e denunciar que uma filha foi violentada! Às vezes é mais fácil ela procurar uma delegacia ou núcleo. Às vezes ela chega lá e volta sem fazer a denúncia, mas quando você cria um ambiente favorável a isso, e geralmente é a mãe que cria esse ambiente, fica mais fácil denunciar. Nós protocolamos um projeto criando um disque denúncia no CHAME para receber denúncias de violência contra a criança, o adolescente e o idoso. Tem idoso que os filhos abandonam em casa. Eles também são molestados sexualmente e toda outra sorte de exploração: fome, maus-tratos, abandono, doenças. Estamos criando no CHAME o disque denúncia. Estamos buscando fazer uma ampla campanha de divulgação, até porque nos animam as estatísticas que temos do CHAME com relação a denúncias de mulheres vítimas de violência. É grande! Houve anos que quase ultrapassaram as denúncias feitas nas delegacias de polícia. A gente não tem poder de polícia, mas temos em parceria com todas as instituições que nos ajudam no CHAME, de começar a encaminhar essas denúncias de forma sigilosa. Garantir o sigilo é importante! Romper essa coisa da criança, da mulher, pois ainda há uma cultura muito forte onde impera o silêncio, o medo, a vergonha. Quem tem coragem de dizer que foi estuprada, que foi violentada? Qual a mulher que tem coragem de dizer que está apanhando dentro de casa? Ou que o pai bateu no filho? Vamos criar esse outro elemento no CHAME, o disque denúncia, para a gente ajudar as instituições para que tomem as providências devidas. Vamos ajudar nas denúncias visando com isso diminuir as incidências. As nossas estatísticas são baixas com relação ao Brasil, mas tem outras estatísticas extra oficiais que assustam, as estatísticas do dia a dia. Alguém falou do Araceli, do Bela Vista. Eu vou muito ali, no Nova Cidade. Nós vamos muito nos bairros e nos assusta o relato das pessoas. A gente vê, a gente assiste que as nossas estatísticas não espelham isso. O que podemos dizer é que temos essa Comissão. Às vezes as pessoas que estão aqui podem estranhar porque há poucos Deputados aqui, mas é porque trabalhamos muito com comissão. Cada um de nós participa de 4, 5 comissões. A Assembleia discute ajuda de todas as formas possíveis e a

gente está aqui à disposição para nos unirmos nesse trabalho, fazer além da nossa parte. Isso é responsabilidade de todos, não é fazer a nossa parte como políticos, não é fazer por obrigação porque estamos sentados aqui, é fazer a obrigação como cidadão que somos para ter um Estado melhor. Obrigada!

A Senhora Presidente **Angela Á. Portella** – Obrigada, Deputada Aurelina! Não é à toa que a Senhora tem seis mandatos, sempre finalizando com palavras que fazem realmente a gente refletir profundamente e termos consciência de que hoje estamos debatendo em específico a questão da exploração sexual, mas ainda há um longo caminho na garantia de direitos. Hoje estamos falando de crianças e adolescentes, mas também da nossa comissão do idoso, da mulher, pessoas com necessidades especiais. Precisamos realmente buscar caminhos para que as pessoas sejam solidárias e conhecedoras da leis.

Pelo adiantado da hora, gostaria de informar que as sugestões e os questionamentos irão constar em ata e serão respondidos por e-mail ou por telefone. As pessoas ficarão sabendo das informações que elas gostariam através do que temos oficializado. Quero que fique registrado que esta Audiência Pública foi solicitada pelo Comitê de Enfrentamento e Combate à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes e Tráfico de Crianças e Adolescentes, do qual o Professor Flávio é o presidente, mas está participando ativamente toda a rede. Esta Audiência Pública só foi possível e eu quero agradecer, de forma carinhosa, todas as pessoas que trabalham na Comissão e aos servidores de cada um dos Deputados da Comissão: Deputado Oleno, Lenir, Aurelina, Dhiego, que colocaram seus servidores para que contribuíssem para que essa Audiência acontecesse e continua o andamento dos nossos trabalhos através das Comissões. Realmente, queremos que essas proposições e sugestões aconteçam e a gente mude essa realidade.

Quero dar a palavra ao Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Bom dia a todos os presentes. De antemão quero parabenizar a Deputada Angela, Presidente da Comissão e demais Membros pela bela iniciativa; os componentes da Mesa, representante da Polícia Federal, da Polícia Civil, do Ministério Público, do Comitê, Magistrados aqui presentes, Presidentes dos Conselhos, representante da Prefeitura, o Subcomandante da Polícia Militar e os demais militantes. Acima de tudo, algumas causas nobres são compostas por pessoas de maneira voluntária, espontânea e amor à causa. Esse enfrentamento ao abuso, a proteção do menor é, acima de tudo, uma causa de amor de quem acredita. Nenhum dos Senhores que estão aqui estão fazendo isso por salário, assim como outros trabalhos importantes, como foi recentemente a discussão de proteção ao menor e a dependência química no Estado de Roraima. São causas nobres e a Comissão está de parabéns, a Assembleia está de parabéns, ainda mais com essa Audiência nesse molde propositivo para que possa encaminhar às autoridades o que foi discutido aqui e cobrar providências. Espero que num curto prazo possamos estar discutindo o resultado dessas audiências. Esse é o intuito da Casa. Vi aqui alguns aspectos do Poder Judiciário já demonstrados. Sabemos da boa vontade do Presidente, mas barram na questão das limitações financeiras. Temos que buscar discussões dentro da LDO e LOA para buscarmos recursos para fortalecer essas políticas. Preocupam-me também as colocações feitas em torno da estrutura do IML e da Polícia Civil, do núcleo coordenado pela Delegada, que conheço de longa data e sei da sua boa vontade voluntária para desenvolver esse trabalho. Temos nos próximos dias uma reunião onde foram convocados o Delegado-Geral e o Secretário de Segurança. Eu conheço um pouco a estrutura da Polícia Civil do Estado de Roraima e não aceito, Delegada. Sei o quanto a Senhora tem força de vontade para ver aquele núcleo funcionando com todas as estruturas, mas quero cobrar de maneira efetiva e vou acompanhar de perto a atuação do novo Secretário e da Delegada-Geral. Temos hoje per captamente uma média de delegados e de agentes acima de todo o Brasil. O nosso Estado é pequeno, temos uma quantidade de agentes e é inadmissível termos apenas um ou dois agentes à disposição de Vossa Senhoria para desenvolver esse belo trabalho. É preciso identificar onde estão esses agentes e nós vamos apontar e cobrar do Delegado-Geral e do Secretário de Segurança para que fortaleça de fato esse núcleo e crie as condições reais para que a Senhora continue fazendo um belo trabalho. Eu quero colocar isso como questionamento na reunião que teremos em breve, se não me engano, será hoje à tarde, com o Secretário de Segurança Pública e a Delegada-Geral. Quero parabenizar o trabalho da Polícia Militar. Conheço o trabalho da Polícia Militar fazendo essa prevenção através do policiamento ostensivo diário, mas infelizmente sabemos que é algo difícil de ser enfrentado porque se trata de algo dentro da família, dentro do núcleo familiar, entre parentes, e às vezes a família não tem segurança de ir ao encontro dos órgãos e sempre tem um jeitinho brasileiro de deixar para lá. Isso é preocupante, é uma questão cultural e temos que desenvolver campanhas preventivas nas escolas. A própria Assembleia pode ajudar nesta construção publicitária orientando as pessoas, assim como também criando mecanismos. Sabemos em especial,

quando se fala de estupro, o resultado dessas pessoas que são acusadas ou condenadas, qual o resultado no Sistema Penitenciário. Isso também preocupa. Eu já convivi com isso enquanto policial. A família às vezes tenta convencer a criança a desistir ou aos familiares de dar seqüência. Ninguém quer aqui estipular a pena de morte ou a justiça com as próprias mãos, mas essas pessoas têm que ser penalizadas conforme determina a lei. O Estado é responsável por isso. Se olharmos a quantidade de homicídios que se chama suicídio no Sistema Penitenciário, é grande dessas pessoas que de alguma forma foram acusadas ou penalizadas. É preciso que o Estado tenha essa preocupação, não é passar a mão, mas quem tem que penalizar é o Estado, que é o responsável. Quero me colocar à disposição, temos uma discussão do PPA, da LOA, este ano que a gente pode, dos três bilhões do próximo orçamento do Estado, destinar recursos, e não é grande quantidade de recursos. Tenho certeza que para preparar uma estrutura de qualidade para receber as pessoas, as crianças no IML, não depende de milhões, assim como também a Delegada não quer 50 agentes no núcleo. Com meia dúzia de agentes ela desenvolve um excelente trabalho. Quero parabenizar a justiça, a sociedade civil organizada, os grandes parceiros, os comitês, os conselheiros tutelares, cada dia mais importantes ganhando notoriedade pelo trabalho que desenvolvem no Estado de Roraima. O Governo Federal tem se colocado à disposição para estruturar os conselhos. Acho que falta boa vontade das prefeituras em amparar esses conselhos e cobrar dos nossos parlamentares recursos suficientes para estruturá-los e fortalecê-los mais ainda. Conheço a relação de parceria muito bonita entre os conselheiros e a Polícia Militar. É importante que a Polícia Militar tenha esse perfil assim como a Polícia Civil, para estreitar essa parceria. Não há ninguém mais preparado do que os conselheiros. Obrigada!

A Senhora Presidente **Angela Á. Portella** – Obrigada, Deputado! O Senhor é sempre muito atuante.

Para fazer uso da palavra o Deputado Evangelista Siqueira –

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhora Presidente, gostaria de parabenizar a iniciativa do Conselho, juntamente com Vossa Excelência pela bonita Audiência. Quero cumprimentar a Mesa. É muito bom vermos que há trabalhos significativos nessa área. Graças a Deus existem alternativas. Os números, apesar de serem assustadores e de que toda essa temática infelizmente nos intriga e nos entristece, mas as iniciativas são positivas. Quero parabenizar as diversas entidades do Estado que lidam com essa questão. No ano passado, também foi feito um grande trabalho nessa temática, sobretudo com a tríplice fronteira que temos em vista da Campanha da Fraternidade do ano passado, que trouxe como tema o tráfico humano e dentro dele todas as formas de violência. É válido a gente recordar a importância disso para o fortalecimento dessa luta. De todas as falas bonitas, os trabalhos importantes que vocês trouxeram eu destaco também a atuação, embora pequena, mas relevante do professor dentro da sala de aula, da escola como um todo. O professor, que tem contato diário com a criança, tem um papel fundamental para identificar a violência através de uma conversa. O professor conhece o seu aluno, a mudança de humor. Às vezes, em muitos casos, o professor é o melhor amigo do aluno, até mais do que a própria família. O aluno se abre com o professor, o professor absolve aquele problema, vai investigar, vai fazer visitas, tem a parceria bonita com o Conselho Tutelar. É válido citar a figura do professor como esse grande combatador dessa prática maléfica na nossa sociedade. Eu como gestor que fui de escola, sei que é muito importante que o Conselho Tutelar se faça presente dentro da escola. Sempre que a gente solicita, dentro da sua limitação, ele se faz presente, vão lá, nos orientam. Em muitos casos, a gente também não sabe como lidar. Também nos assustamos e vamos buscar essa alternativa e encontramos na parceria com o Conselho Tutelar, com o juizado, portas abertas. É importante registrar a importância do professor dentro da sala de aula identificando e combatendo essa praga maléfica. Enquanto Parlamentar, já tivemos uma reunião onde esteve presente a Senhora, a Deputada Lenir, Deputado Oleno, onde nos comprometemos em formar a Frente Parlamentar em defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e eu me prontifico a fazer parte deste movimento para engrandecer a causa e diminuir os índices dessa violência.

A Senhora Presidente **Angela Portella** – São perfeitas as suas colocações. Realmente já estamos atrasados na criação da Frente Parlamentar Pró-Criança e Adolescente. Vamos dar andamento o mais rápido possível. Vamos passar a palavra à Doutora Maria Aparecida.

A Senhora Delegada de Polícia Civil, Dra. **Maria Aparecida Fernandes** – Eu quero agradecer a todos pela iniciativa e ao Deputado Sampaio por esse carinho. É porque ele tem a peculiaridade de também já ter feito policiamento aqui na cidade de Boa Vista. Por isso que ele conhece esse trabalho e sabe o quanto é árduo, mas eu tenho muito prazer em fazê-lo e sou muito feliz com a minha profissão. A Deputada Aurelina mencionou a estatística de 102. Ela está correta. Eu só quero complementar que 102 foram aqueles casos que procuraram o NPCA. Na verdade, em 2014 tivemos

418 registros da violação da dignidade sexual. Esses 418 é o somatório das pessoas que vão ao NPCA com as denúncias do Hospital da Criança, do Disque Denúncia e do Ministério Público. Aos demais Deputados, muito obrigado e sabemos que podemos contar com o compromisso de vocês para uma causa tão nobre no Estado de Roraima. Boa tarde!

A Senhora Presidente **Angela Á. Portella** – Quero agradecer o apoio incondicional do Presidente desta Casa às nossas atividades parlamentares e aos demais presentes.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão. Convoco outra para o dia 20 de maio, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalsner Renier, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio e Valdenir Ferreira.**  
**Ata Sucinta Aprovada em: 20/05/2015**

**ATA DA 2402ª SESSÃO, EM 27 DE MAIO DE 2015.**  
**49º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**  
**= ORDINÁRIA =**

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER.**

Às nove horas do dia vinte e sete de maio de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo nono período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Jalsner Renier**) – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário Deputado (**Naldo da Loteria**) – Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Jalsner Renier**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário Deputado (**Marcelo Cabral**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Jalsner Renier**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

**RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:**

Projeto de Lei s/nº, de 14/05/15, dos Deputados Jorge Everton, Gerson Chagas e Marcelo Cabral, que institui, no âmbito do Estado de Roraima, o Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores, denominado “Habilitação Cidadã” e dá outras providências;

Requerimento s/nº, de 26/05/15, da Deputada Lenir Rodrigues, requerendo que a Governadora encaminhe a esta Casa Legislativa, no prazo legal, o nome do Presidente da Junta Comercial do Estado – JUCERR, com cópia do ato de nomeação ou designação;

Requerimento s/nº, de 26/05/15, do Deputado Jânio Xingú, requerendo a realização de Audiência Pública, em data a ser programada pela Mesa Diretora, para discussão com os representantes sindicais da categoria de servidores públicos do Estado.

**RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:**

Ofício nº 130, de 25/05/15, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima – TCE/RR, encaminhando Relatório de Atividades do 1º Trimestre de 2015, desse Tribunal, em anexo.

**DIVERSOS:**

Ofício nº 330, de 11/05/15, do Ministério da Integração Nacional, comunicando liberação de recursos financeiros.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Jalsner Renier**) – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – Senhor Presidente, não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente (**Jalsner Renier**) – Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia: Discussão e votação, em turno único, da Proposta de Moção de Aplausos nº 008/15 à Senadora Ângela Portela (PT-RR), ao ex-Deputado Federal

Luciano Castro (PR-RR), à Ex-Deputada Federal Dalva Figueiredo (PT-AP), à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB/RR, à Central Única dos Trabalhadores (CUT-RR), ao Sindicato dos Trabalhadores Municipais da Prefeitura de Boa Vista-RR (SINTRAM) e à Associação dos Antigos Policiais Cíveis e Servidores do Ex-Território Federal de Roraima (ASAPOLCS) pela aprovação da Medida Provisória nº 660, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; da Proposta de Moção de Pesar nº 010/15, pelo falecimento do Senhor Zacarias Assunção Araújo, ex-Prefeito do Município do Cantá, ocorrido no dia 20 do corrente, de autoria do Deputado Gabriel Picanço; da Proposta de Moção de Pesar nº 011/15, pelo falecimento da Senhora Maria da Consolação Inácio de Matos, genitora do Deputado Oleno Matos, ocorrido no dia 25 do corrente, nesta capital, de autoria da Mesa Diretora; do Requerimento nº 037/15, que retorna à tramitação o nome do Senhor Braz Assis Behnck, indicado para exercer o cargo de Diretor-Presidente da ADER, de autoria do Deputado Brito Bezerra; do Requerimento de Pedido de Informação nº 002/15, solicitando à Governadora do Estado que encaminhe a esta Casa Legislativa, no prazo legal, o nome do Presidente da Junta Comercial do Estado – JUCERR, com cópia do ato de nomeação ou designação, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues; do Requerimento nº 038/15, requerendo realização de Audiência Pública, em data a ser programada pela Mesa Diretora, para discussão de proposta de Plano de Cargos Carreiras e Remunerações - PCCR dos Servidores Públicos do Estado de Roraima, de autoria do Deputado Jânio Xingú; do Requerimento nº 039/15, de autoria dos Deputados Soldado Sampaio, Evangelista Siqueira e Oleno Matos, requerendo a prorrogação de prazo por mais quinze dias para apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias; Projeto de Decreto Legislativo nº 014/15, que aprova o nome da Senhora Júlia América Vieira Campos para exercer o cargo de Reitora da Fundação Virtual do Estado de Roraima - UNIVIR e do Projeto de Decreto Legislativo nº 010/15, que aprova o nome do Senhor Braz Assis Behnck, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Agropecuária de Roraima - ADER.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura da Proposta de Moção de Aplausos nº 008/15 e Propostas de Moção de Pesar nºs 010/15 e 011/15.

O Senhor Primeiro Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lida as Propostas de Moção de Aplausos nº 008/15 e Moção de Pesar nºs 010/15 e 011/15)

O Senhor Presidente (**Jalsner Renier**) – Em discussão a Proposta de Moção de Aplauso nº 008/15 e as Propostas de Moção de Pesar nºs 010/15 e 011/15.

Não havendo quem queira discuti-las, coloco em votação as matérias, em bloco. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovadas a Proposta de Moção de Aplausos nº 008/15 e as Propostas de Moção de Pesar nºs 010/15 e 011/15.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura do Requerimento nº 037/15.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lido o Requerimento nº 037/15).

O Senhor Presidente (**Jalsner Renier**) – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação. A votação será simbólica: Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, requeiro da Mesa a inversão de pauta.

O Senhor Presidente (**Jalsner Renier**) – Bom, nós temos o Projeto de Decreto Legislativo para ser analisado e votado nesta Casa. Nós temos o Projeto de autoria do Poder Executivo que sabatinou o nome do Senhor Braz Assis Benkel. E temos, também, o projeto que aprovou o nome da Senhora Júlia América Vieira Campos para exercer o cargo de reitora da Universidade Virtual de Roraima. O líder do Bloco G8 pede inversão de pauta e pede para a gente voltar primeiro a UNIVIR e depois a ADERR.

Eu vou suspender a Sessão, por cinco minutos, para que antes do início dos trabalhos, em reunião, possamos discutir a inversão da pauta, atendendo ao pedido feito pelo Deputado George.

Após o tempo necessário.

O Senhor Presidente (**Jalsner Renier**) – Dou por reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 014/15, que aprova o nome da Senhora Júlia América Vieira Campos para exercer o cargo de Reitora da Fundação Virtual do Estado de Roraima – UNIVIR.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 014/15).

O Senhor Presidente (**Jalsner Renier**) – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 014/15.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Senhoras e Senhores Deputados, quero enaltecer a atitude da Mesa em colocar para que apreciarmos o nome da Senhora Júlia América, tendo em vista que todos nós conhecemos o caráter idôneo da Júlia e também a capacidade para gerir um órgão de educação. Ela é preparada, qualificada e habilitada, portando peço aos nobres pares que possamos aprovar o nome da Senhora Júlia para Reitoria da UNIVIR.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, demais pares, sob presidência da Deputada Aurelina Medeiros, fui relatora na sabatina da Professora Júlia América. Como sou educadora, a conexão há muito tempo. Ela, realmente, demonstra capacidade técnica, currículo compatível com a função de Reitora da UNIVIR e meu relatório foi favorável para que a professora Júlia fosse aprovada por este Plenário e é o que eu recomendo aos demais Pares presentes neste Plenário.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** - Faço minhas as palavras da Deputada Lenir, também fiz parte da Comissão que sabatinou a professora Júlia, e concordo que ela tem todos os atributos para atender, com maestria, o cargo a que está sendo indicada. Não tenho dúvidas que após a provação desta Casa, em pouco tempo teremos uma UNIVIR muito mais atuante e muito mais próxima de todos aqueles cidadãos que precisam da educação à distância e menos onerosa para todos os cidadãos.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, só para esclarecer que, analisando o currículo da senhora Júlia América com mais de trinta anos de experiência na área de educação, a UNIVIR que tem um papel fundamental em nosso estado, principalmente nas localidades mais distantes, onde ela vai fazer um trabalho de socialização da educação e, com certeza, pelo seu currículo, o Governo estará de parabéns pela indicação. Peço aos pares desta Casa se colocarem favoráveis à provação do nome da Senhora Júlia América.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Presidente, gostaria de comentar sobre a senhora Júlia América. Eu tive a oportunidade de trabalhar com a Júlia no sistema prisional, quando fui Diretor da Penitenciária e ela trabalhava na Secretaria. À época, o Deputado Coronel Chagas era Secretário. Conheço a competência da Júlia. Alto profissionalismo, foi uma das poucas escolhas que achei importante neste Governo. Então, mantendo a minha coerência de votar, tecnicamente, pela pessoa e pelo profissional que está exercendo o cargo, voto favorável à indicação de Júlia América, e peço aos colegas, devido à competência que ela possui, que possam acompanhar este voto. Repito, por onde ela passou ela fez um bom serviço. Como eu sempre digo, se for bom para o Estado, eu votarei a favor, se não for bom ao Estado, eu votarei contra. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, da forma semelhante à experiência do Deputado Jorge Everton, tive o privilégio de trabalhar com a Júlia, como minha assessora direta, como chefe de divisão. Conclui-se: ela é uma profissional dedicada, competente, já deu uma grande contribuição na Secretaria de Justiça no ano de 008/2009. Tenho certeza que ela à frente da UNIVIR fará como de fato já está fazendo um grande serviço, vai contribuir muito para o ensino superior no Estado.

A Senhora Deputada **Angela Á. Portella** – Senhor Presidente, também quero tornar público meu voto favorável em respeito à Júlia América. Obrigada.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Não havendo quem quera discutir a matéria. Em votação.

A votação será secreta. Os Deputados que votarem sim aprovam o nome de Júlia América, os que votarem não, rejeitam-no.

É importante dizer aos Senhores Deputados, antes da liberação do painel, que a votação será secreta e, para que ela seja aprovada, terá que ter treze. Se ela obtiver doze votos, seu nome será rejeitado, e se obtiver mais que isso será consequentemente aprovada.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Para orientar a bancada, Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, oriento a bancada do governo a votar sim para que possamos aprovar o nome da Júlia América para reitora da UNIVIR.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Para orientar a bancada, Deputado George Melo.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, a bancada do bloco vai votar sim para o nome da Júlia América.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Para orientar a bancada, Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, solicito à bancada do G3 para votar sim.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Solicito ao técnico que libere o painel para votação.

Dou por aprovado o nome da senhora Júlia América para reitora da UNIVIR, por 19 votos favoráveis, 3 votos contra e nenhuma abstenção.

Em discussão a matéria que tem por finalidade aprovar ou vetar o nome do senhor Braz Assis Benck para a ADERR. Mais uma vez, pedindo desculpas pelo problema no nosso sistema de som. Já estamos providenciando a troca dos equipamentos.

Deputado Gabriel Picanço para discutir a matéria.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Gostaria pedir aos nossos colegas que analisem com muito carinho o nome do Braz Benck para a ADERR, pois a nomeação precisa ser efetivada, senhor Presidente. É que a fiscalização e a intervenção do Ministério da Agricultura está prevista para o mês de junho, eles devem fazer a nova fiscalização para a sorologia da febre aftosa, e uma das exigências para que possamos evoluir no caso da positividade de elevação para estarmos livres de febre aftosa. E, para isso, uma das exigências do Ministério, Deputado Naldo, é para que o Presidente seja efetivado. Então, gostaria de pedir a compreensão dos colegas e desta Casa para que o nome do Braz Benck seja apreciado e aprovado por este Poder. Obrigado.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, a gente só quer esclarecer a importância de colocar uma pessoa preparada. No momento, a pessoa com grande e vasto conhecimento público e político no nosso Estado é o senhor Braz Benck, enquanto a ADERR é de suma importância para o setor primário, uma vez que nosso Estado tem dificuldade na questão da exportação de carne por causa da aftosa, tem problemas na exportação de cítricos com a mosca da carambola e outras pragas. E o trabalho que a ADERR vem fazendo é para que o nosso Estado possa evoluir, isto é, o setor primário possa exportar para aos Países vizinhos e para o nosso Estado vizinho, o Amazonas. É importante, pois, aprovarmos o nome do senhor Braz Benck para que a ADERR possa exercer os eu trabalho com segurança.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** - Senhor Presidente, queria manifestar o mesmo sentimento do Deputado Naldo, preocupação com o setor produtivo de Roraima. A ADERR é fundamental para ajudar a fomentar o setor produtivo, a pecuária, a cultura da planta cítrica. Realmente, temos que aprovar o nome do Braz, que tem conhecimento na área por ser agrônomo, sabe o que o setor primário precisa. A ADERR é um órgão muito importante para fortalecer a pecuária no Estado de Roraima. Eu voto favorável à aprovação do Senhor Braz Beck.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, nós que já estamos no segundo mandato, acompanhamos a questão da mosca da carambola, da aftosa. É oportuna a indicação do nome do Braz, foi meu colega na Câmara por dez anos e presidente daquela Casa. Então, foi escolhido por acaso para ser Presidente da ADERR, conhecido, também, como empresário de sucesso, excelente gestor. Reconhecemos que a ADERR não poderia ter apresentado outro nome tão bom. Reputo o nome do senhor Rodolfo Pereira que também esteve à frente da instituição. Mas, teve seu nome vetado e nós pagamos um preço muito caro por isso. Final do ano, Manaus ficará provavelmente fora da margem de risco da febre aftosa, consequentemente as pessoas que investem no nosso rebanho serão prejudicadas. Hoje, se já temos uma máquina pública com dificuldades, e se ainda impedirmos o setor produtivo de trabalhar, certamente nós vamos dar um tiro no pé. Por isso, peço aos meus colegas que votem favorável ao nome do senhor Braz Beck por ser uma pessoa extremamente responsável.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Senhor Presidente, demais Deputados quero corroborar com a discussão considerando o Braz Benck um técnico, uma pessoa ética e que representa para a sociedade roraimense a responsabilidade na gestão pública. E sendo correligionário do meu partido o PPS, estou na obrigação de defender o seu nome e pedir aos colegas que o aprovem. É realmente uma pessoa que sabe trabalhar na gestão pública. E a ADERR tem feito um trabalho excelente, sempre guardando as nossas fronteiras, cumpre o seu papel com grande responsabilidade. Quero me aliar ao pensamento dos demais pares desta casa, pedindo o voto para o Senhor Braz Benck.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Assim como a Professora Júlia América que esta Casa acabou de aprovar, acho que esta Casa só tem a ganhar quando reconhece pessoas competentes à frente da gestão dos serviços públicos. Então, ficamos felizes com a aprovação do nome da Júlia, também ficaremos com a aprovação do nome do Braz que é um servidor de carreira da EMBRAPA, serviu em várias instituições do Governo do Estado, tem ampla visão política dos fatos, é uma pessoa competente com destaque na luta com a questão da isenção da febre aftosa no Estado de Roraima. Há bastante tempo que ADERR está em via de criar as condições para que isso aconteça, ele já está à frente da gestão da ADERR algum tempo, é uma pessoa competente. Acho que esta Casa tem a ganhar quando ela reconhece a competência técnica das pessoas para gerir o destino das instituições do Estado.

O Senhor Deputado **Chico Guerra** – Senhor Presidente, quero me juntar aos demais Deputados com relação à escolha do nome do Braz, o mais importante não é ele ser presidente, e sim o trabalho que esta

instituição desenvolve no Estado de Roraima, percebendo a necessidade do desenvolvimento da agropecuária deste Estado. Já estamos atrasados nesta votação, porque podemos ter problemas daqui uns dias com o Ministério da Agricultura. E aproveitando o gancho, gostaria pedir a celeridade ao ITERAIMA e ao Líder do Governo que solicite à Governadora para encaminhar o mais rápido possível o nome da pessoa indicada para FERMAH para procedermos à análise, visando resolver o problema dessas três instituições que é de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso Estado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, gostaria de esclarecer aos colegas que Braz é o Diretor Presidente da Agência de Defesa Animal do nosso Estado, apresenta um currículo bastante amplo: é engenheiro agrônomo, formado na universidade Federal de Santa Maria – Rio Grande do Sul, licenciatura plena em graduação de professor na Universidade do Amazonas, é Presidente interino da Agência de Agropecuária do Estado de Roraima, foi Vereador na Câmara Municipal e Presidente da Mesa Diretora, foi Secretário de Agricultura do Estado de Roraima, Secretário Adjunto da EMATER, professor de Escola Agrotécnica no Estado de Roraima, ou seja, ele possui um currículo amplo, atestando vasta experiência e também conhecimento político para tratar com as questões desta área, conforme requer o cargo. Portanto, peço a Vossa Excelência e aos caras colegas Deputados que, juntos, aproveemos o nome do Senhor Braz Benck. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor Presidente, o setor produtivo, em relação ao qual a gente precisa ter bastante atenção e cuidado. Preocupado com isso, o Líder do PMDB, o Senador Romero Jucá tem empenhado esforços e trazido recursos para o desenvolvimento do Estado, homem que trabalha diferente de outros que só falam sem apresentar resultado. O PMDB vota sim para o Braz na busca do desenvolvimento do Estado, e pede que os colegas acompanhem aprovando o nome dele. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir, vamos passar para votação. A votação será secreta, os Senhores Deputados que votarem “sim” aprovam o nome do Senhor Braz, e os Senhores Deputados que votarem “não” rejeitam o nome. Lembrando aos Senhores, que são necessários 13 votos para que o Senhor Braz Benck possa continuar na pasta ADERR.

Solicito ao técnico a liberação do painel para votação.

Dou por aprovado, com 19 votos “sim” e 03 “não”, o nome do Senhor Braz Benck.

Solicito ao departamento técnico que encaminhe ao Palácio do Governo o teor da votação desta Casa.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura de Requerimento de Pedido de Informação nº 002/15, solicitando à Governadora do Estado que encaminhe a esta Casa Legislativa, no prazo legal, o nome do Presidente da Junta Comercial do Estado – JUCERR, com cópia do ato de nomeação ou designação, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lido o Requerimento nº 02/15).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Coloco em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação, a votação será simbólica, em Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 02/15.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 038/15, requerendo realização de Audiência Pública, em data a ser programada pela Mesa Diretora, para discussão de proposta de Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações – PCCR, dos Servidores Públicos do Estado de Roraima, de autoria do Deputado Jânio Xingú.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lido o Requerimento nº 038/15).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Coloco em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação, a votação será simbólica. Os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 038/15.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura de Requerimento nº 039/15, de autoria dos Deputados Soldado Sampaio, Evangelista Siqueira e Oleno Matos, requerendo a prorrogação de prazo, por quinze dias, para apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias constantes no Projeto de Lei nº 024/15.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lido o Requerimento nº 039/15).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Coloco em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação, a

votação será simbólica. Os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 039/15.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais:

A Senhora Deputada **Angela Á. Portela** - A Escola do Legislativo está promovendo um calendário de cursos, ações e seminários para os Senhores Deputados e seus Assessores, com o tema voltado para o legislativo. O nosso objetivo é contribuir para o aprimoramento da prática parlamentar. Hoje, às 14 horas ocorrerá um seminário no auditório da ESCOLEGIS. Muito obrigada!

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Senhor Presidente, não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos que, de uma forma ou de outra no dia de ontem, se solidarizaram com o passamento da minha mãe, Dona Maria da Consolação de Matos... e aproveitando o que foi escrito na coluna do Mestre Afonso, na Folha de Boa Vista, artigo intitulado “O abraço quebra costela” onde ele cita Santo Agostinho que nos diz que, com o amor ao próximo, o pobre é rico, e sem esse amor o rico é pobre. Isso é a cara da minha mãe, é a cara da generosidade que ela representava na vida de sua família e do seu esposo, meu pai Osmar de Matos, dos meus irmãos e de todos amigos que conviveram com a gente. Então, quero agradecer ao Mestre Afonso por lembrar da gente e imortalizar este momento. Agradeço a todos e quero dizer aos que questionaram a minha presença no plenário no dia de hoje, o momento é de dor, mas não tenho dúvida... quando decidi entrar na vida política para ser um integrante desta Casa, eu tive que ter a benção da minha mãe, precisei convencer de que era um caminho diferente em prol da construção daquilo que ela sempre me ensinou. E se ela estivesse presente no café da manhã, eu não tenho dúvida que ela iria exigir que eu estivesse aqui cumprindo o meu dever com a sociedade roraimense e principalmente com o meu dever moral, então, eu tinha que estar. Obrigado!

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, apenas para, em meu nome e da minha família também, externar mais uma vez ao meu amigo Oleno os nossos mais profundos sentimentos de pesar. Conheci a sua mãe há mais de 20 anos quando ainda arriscava jogar futebol, ela estava sempre presente nas quadras do Hélio campos e outros ginásios juntamente com seu pai, levantando a bandeira desse esporte aqui no Estado, não apenas torcedora, mas também auxiliando a federação de futsal roraimense. Ela, com certeza, deu uma grande contribuição, está marcada a sua passagem aqui na terra de forma indelével por todos que a conheceram.

Então, os nossos sentimentos de pesar.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Esta presidência também, em nome de todos os Senhores Deputados, se solidariza com o Deputado Oleno pelo seu momento de dor, difícil por perder uma pessoa tão querida e esta casa também se comove e pede que o senhor seja confortado com aquilo que há de mais glorioso na vida de um homem, que é a fé, que ele possa ter em Deus.

São os sinceros votos de pesar desta Casa, a solidariedade deste Poder e de todos os servidores neste momento, pelo qual o senhor passa.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** - Só para dizer ao Deputado Oleno, que a mãezinha dele não morreu, apenas partiu antes de nós. Isso é a lei da vida, nós não sabemos o que dizemos, mas Deus sabe o que faz.

Este é um momento de oração, Deputado Oleno, para o senhor e sua família elevar o pensamento a Deus. Tenha certeza que Ele vai lhe confortar.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, faço uso deste expediente para agradecer aos nobres colegas que hoje, em ato democrático, colocaram, através da Mesa, o nome de dois gestores importantes para o Estado de Roraima, e aprovaram ao aprová-los, dando aí autonomia para que eles mesmos possam desempenhar um trabalho que eleve o Estado de Roraima, que melhore as condições de vida do povo do nosso Estado. No segmento da educação, que é a Senhora Júlia América, como reitora da UNIVIRR, e o Senhor Brás Benck para a Agência de Defesa do nosso Estado, trabalhando para o Estado avançar e se desenvolver. Obrigado a todos os Senhores Deputados desta Casa Legislativa.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – E não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 28, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

**Ata Sucinta Aprovada em: 28/05/2015**